

## 5

### **A dispersão dos sentidos na esfera pública digital: o caso da *Parada Gay***

O capítulo que se segue é dividido em dois tópicos. No primeiro, buscamos apresentar um panorama do que os discursos nos indicam, como as categorias de análise estipuladas. Já no segundo, o objetivo é detalhar as principais ocorrências discursivas, de forma a conhecermos e analisarmos algumas das opiniões e manifestações de diferentes segmentos sociais a respeito das práticas não heteronormativas. Se pensarmos na metáfora do quadro para a parte de análise deste trabalho, podemos dizer que o tópico 4.1 captura o plano de fundo, as características gerais, enquanto o 4.2 coloca uma lupa sobre a materialidade e concretude dos discursos.

#### **5.1.**

##### **Uma visão panorâmica**

Nossos esforços principais, neste capítulo, referem-se a elaborar uma visão geral a respeito da produção de sentido resultante da proposição das questões LGBT promovidas pela *Parada Gay*. Durante a pesquisa, a organização do material foi abrangente e propositalmente dispersa, de forma a aumentar nossas possibilidades de identificar discursos oriundos de campos sociais diversos, em convergência e disputa, sobre temáticas que o próprio evento suscitou.

Nossa intenção não foi analisar uma temática pré-determinada, ou um veículo de comunicação específico. Pelo contrário, buscamos obter, em um primeiro momento, a maior abrangência possível de interpretações relacionadas ao evento (dentro das limitações naturalmente impostas pela pesquisa).

Como nosso objetivo era justamente “lançar uma rede” em um oceano de discursos variados, optamos pelo motor de busca *Google* como principal ferramenta de coleta de dados. Nossa escolha levou em consideração o fato deste ser o site de pesquisas mais abrangente do mundo, com bilhões de páginas indexadas e uma modalidade de pesquisa que integra imagens, vídeos, notícias,

livros, publicações científicas e blogs, entre outros. Desta forma, correríamos menos riscos de deixar de fora registros importantes.

Vale lembrar, no entanto, que nossa pesquisa não tem a pretensão de ser exaustiva; nosso objetivo não foi identificar e analisar a totalidade de manifestações e interpretações a respeito da *Parada Gay 2011-SP* na Internet – tal façanha seria impossível pelo fato de o próprio *Google* (assim como qualquer outro motor de busca) utilizar filtros.<sup>51</sup> No entanto, consideramos satisfatórios alguns dos critérios de ordenamento (e inclusão) de páginas no *Google*, apontados por Strickland (2006) que são: a frequência e localização das palavras-chave dentro do site da Web (a “pontuação” do site cresce à medida que nele aparecem mais vezes a palavra-chave); o tempo em que o site está no ar (sites mais estabelecidos têm mais chances de figurar entre os primeiros da lista); e, por fim, a quantidade de sites que têm links para a página em questão (por exemplo, se digitarmos no campo de busca “folha + São Paulo”, as primeiras entradas que aparecerão serão referentes ao veículo de comunicação, porque muitos outros sites apresentam links que direcionam o/a usuário/a ao jornal).

Nesta primeira etapa, utilizamos as palavras-chave “parada gay” para realizar a pesquisa, somente no *Google Brasil*. Incluímos os termos “parada” e “gay” juntos e entre aspas como um filtro para evitar a ocorrência de páginas que não dissessem respeito ao evento em si, apenas apresentassem estas palavras separadas em algum local do texto. Analisamos todas as 590 páginas apresentadas para o processo de seleção do *corpus*, e excluímos as repetidas ou que não atendessem ao recorte da pesquisa. Mantivemos na amostragem sites que simplesmente reproduziam textos de agências de notícias, desde que disponibilizassem comentários.

Um dos critérios de exclusão referiu-se a páginas em que nenhum discurso fosse mobilizado a respeito da *Parada Gay* (por exemplo, agências de promoção de encontros homoafetivos cujo nome é “Parada Gay”). Também eliminamos da amostragem páginas que se referiam a *Paradas Gays* de anos anteriores ou outros países.

---

<sup>51</sup> Quando se chega à página final de resultados exibidos, por exemplo, sempre se observa a seguinte mensagem: “Para mostrar os resultados mais relevantes, omitimos algumas entradas bastante semelhantes às já exibidas. Se quiser, você pode repetir a consulta, incluindo os resultados omitidos.” (*Google*, texto exibido na última página da pesquisa). Não pesquisamos entre as entradas omitidas, porque percebemos se tratarem de registros repetidos.

Realizadas estas eliminações, chegamos ao *corpus*, composto por 309 registros. Todos foram copiados em documentos do *Word Office*, de forma a facilitar a numeração e marcação das temáticas e operações discursivas recorrentes. Como as páginas foram copiadas na íntegra (incluindo elementos gráficos e comentários sobre os textos, entre outros), o material totalizou 5.885 páginas do *Word*. Em todas elas, a *Parada Gay* da cidade de São Paulo está presente na maioria das enunciações. Vale lembrar que a organização de dados cessou no mês de setembro, antes da ocorrência da *Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro*, a segunda maior do país e também bastante abordada pela mídia.

Os elementos do *corpus* agregam enunciações e mídias diversas, dentre os quais encontramos versões on-line de jornais e revistas e blogs pessoais e institucionais, entre outros, como podemos acompanhar no quadro abaixo:

Tipos de conteúdo	Número de registros
Portais de notícias	174
Blogs do/para o público LGBT	69
Blogs do/para o público religioso*	30
Blogs pessoais independentes**	11
Páginas de colunistas	07
Outros***	18
Total	309

Quadro 1: Número de sites por tipo de conteúdo

\*Incluimos nesta categoria páginas nas quais o assunto é religião, teísmo ou ateísmo, mesmo quando o público é diverso (não necessariamente religioso).

\*\*Por blogs pessoais independentes compreendemos aqueles que disponibilizam discursos sobre a *Parada Gay*, mas não se estruturam como portais de notícias nem como pertencentes a grupos religiosos ou LGBT.

\*\*\* Compostos por sites de humor, verbetes da *Wikipedia*, vídeos, páginas em redes sociais (*Facebook* e *Twitter*), agências governamentais e sites jurídicos.

Uma consideração importante em relação ao nosso mapeamento é que excluimos da categoria “Notícias” os sites e/ou blogs de assuntos religiosos ou voltados ao público LGBT. Mesmo quando alguns de seus discursos se apropriam de elementos da técnica jornalística para produzir seus conteúdos, parte das notícias é, já à primeira vista, direcionada a um único segmento da sociedade, raramente utilizando o princípio de “ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística”, conforme expresso no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, Art. 12, § I.<sup>52</sup> Muitas das reportagens são, de fato, extremamente parciais.<sup>53</sup>

O fato de os juízos sobre a homossexualidade (incluído o religioso), os direitos civis e a pertinência do evento terem sido temas recorrentes em comentários espontâneos encontrados em nossos registros foi fundamental o estabelecimento dos padrões. Fizemos esta distinção porque alguns assuntos, embora tenham ocorrido nas notícias, não geraram intensos debates nem foram replicados em outras páginas. Algumas notícias, como veremos adiante, provocaram muitas reações somente nos sites em que foram publicadas; embora levantem questões interessantes acerca do universo LGBT, apresentaram pouca ou nenhuma recorrência que permitisse a estipulação das três categorias de análise que destacaremos no quadro 2. Outros temas, ao contrário, não somente foram pautados de forma recorrente pelas notícias como também conduziram à estipulação das categorias de análise por reverberarem nos comentários espontâneos.

Acreditamos que expor esta dissonância é essencial na medida em que nos ajuda a compreender que tópicos relacionados ao grupo LGBT mais agendam o debate público, comparados aos que, embora destacados pela imprensa, não apresentam influência significativa nas discussões. Além disso, é interessante observar que grande parte das questões destacadas pelas pautas jornalísticas diverge do que a sociedade compreendeu como temas importantes para o debate – a Internet, neste sentido, apresentou-se como um ambiente útil para a pesquisa por

---

<sup>52</sup> Disponível no site *Sala de Prensa*.

<sup>53</sup> Como exemplo desta ausência de imparcialidade, podemos citar a matéria “Mudança é possível para homossexuais, diz Estudo”, que manipula dados científicos para afirmar que a “conversão” de um homossexual para a heterossexualidade é possível (*Christian Post*, 29 de setembro de 2011).

ter fornecido espaço para estas expressões de interesse da sociedade, nem sempre abordadas pelo jornalismo.

Entre as temáticas sem repercussão sistemática nas deliberações espontâneas, está a polêmica envolvendo declarações do Sérgio Cabral, governador do Rio de Janeiro, durante lançamento do programa *Rio sem homofobia*, em que afirmou que policiais e bombeiros estariam autorizados a participar da *Parada Gay* uniformizados e com suas viaturas. O acontecimento, que gerou grande mal estar nas corporações, foi noticiado pelos sites dos principais jornais, como *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Estadão* e *Jornal do Brasil*, entre outros. Outros três assuntos que receberam especial atenção dos jornalistas foram a invasão de hackers ao site oficial da Associação da *Parada do Orgulho LGBT* de São Paulo (APOGLBT), que deixaram a mensagem “Deus criou o homem e a mulher, não existe terceira opção!”, as recomendações da SPTuris (empresa municipal de São Paulo) de que participantes da *Parada Gay* utilizassem roupas discretas no metrô, para evitar ataques, e a utilização de imagens de santos em carros, combinados com o slogan “Nem os santos te protegem: use camisinha”, que gerou polêmica tanto entre católicos/as como evangélicos/as.<sup>54</sup> Embora estas questões tenham gerado discussões, elas ocorreram somente nos comentários específicos das páginas em que a notícia foi publicada, ou seja, não se repetiram de forma significativa no *corpus* como um todo.

Outras três temáticas, no entanto, não somente foram destacadas pela imprensa como suscitaram deliberações ao longo de todo o material pesquisado (e não somente nas páginas em que as notícias foram publicadas). Em primeiro lugar, encontra-se a divulgação da presença da Igreja Anglicana em trio elétrico próprio durante o evento, decisão que desagradou a muitos religiosos. Outra notícia bastante disseminada em páginas de jornais e blogs foi a de que o casal de pastoras Lanna Holder e Rosania Rocha, lésbicas, iria participar da *Parada Gay* para pregar o evangelho entre os/as participantes. Nas reportagens, as duas afirmam que, antes de assumirem sua homossexualidade, passaram por “sessões de descarrego” e “sessões terapêuticas” para “curá-las do pecado”. Por último, foi

---

<sup>54</sup> O arcebispo de São Paulo, cardeal Dom Odilo Pedro Scherer, classificou a manifestação como “infeliz, debochada e desrespeitosa”. “Arcebispo de São Paulo critica o uso de imagens de santos na Parada Gay”(GI).

bastante divulgada na imprensa a controvérsia envolvendo a instalação de um *outdoor* com versículos bíblicos na cidade de Ribeirão Preto (SP). A peça, que continha o versículo bíblico “Se também um homem se deitar com outro homem, como se fosse mulher, ambos praticaram coisa abominável” (Levítico 20:13), foi contestada na Justiça por organizadores/as da *Parada Gay*, que exigiam sua retirada.

Dentro deste universo de notícias, comentários e interações, a análise dos dados apontou três temáticas recorrentes suscitadas pelo evento. Em cada uma, organizam-se argumentações e/ou juízos cujas operações discursivas entram em disputa, recorrendo a saberes e doutrinas. Abaixo, apresentamos as temáticas e argumentações mais recorrentes que deram origem às três categorias de análise: pertinência do evento, direitos civis em questão e juízo moral sobre a prática homossexual: “certo” x “errado”. Os detalhes de cada categoria serão aprofundados no tópico seguinte.

### **Pertinência do evento**

Os principais argumentos contrários evidenciados na categoria relativa à pertinência da *Parada Gay* alegam que:

- A manifestação teria se transformado em uma grande “micareta”, um “carnaval”, um evento libertino. Isto escamotearia o lado político e/ou transformaria o evento em palco de “atos imorais”, “libidinosos”, “que deveriam ficar entre quatro paredes”.
- O Brasil teria outras prioridades, a “causa gay” não seria relevante se comparada à saúde, educação, combate à corrupção, etc.

Em relação aos argumentos favoráveis à manifestação, destacam-se:

- A *Parada Gay* seria um evento pró-tolerância, pela luta de direitos (se justificaria porque ainda existiria muita “homofobia” na sociedade).
- Seria importante para a cidade, porque movimenta a Economia e o Turismo.

- Reúne multidões (a quantidade automaticamente justificaria o evento).

### **Direitos civis em questão**

No que tange à categoria dos direitos civis, as manifestações contrárias orbitam em torno dos seguintes argumentos:

- O PLC 122<sup>55</sup> seria uma “mordaca gay”, ferindo o princípio constitucional da liberdade de expressão e religião.
- O kit anti-homofobia seria um “kit gay” e estimularia as crianças a tornarem-se homossexuais.
- Os direitos LGBT representariam o estabelecimento de uma “ditadura gay”, defendida especialmente pela mídia.

Já em relação às opiniões favoráveis, as construções discursivas alegam que:

- Os direitos reivindicados pelo público LGBT teriam respaldo no princípio da igualdade e não discriminação.
- O Estado é laico, logo as decisões em relação aos direitos civis não poderiam ser pautadas pela religião.
- Os gays não buscariam privilégios, somente reparações pela discriminação histórica.

---

<sup>55</sup> Como veremos adiante, o PLC 122 refere-se ao Projeto de Lei da Câmara 122, que tem como objetivo transformar em crime a discriminação motivada pela orientação sexual ou na identidade de gênero.

## **O juízo moral sobre a prática homossexual: “certo” x “errado”**

A categoria referente às elaborações de cunho moral sobre a prática homossexual divide-se em duas subcategorias: o debate religioso e o biológico.

### *O debate religioso*

Nesta perspectiva, a homossexualidade seria “errada” porque configuraria pecado em relação à Bíblia. Já as elaborações discursivas, no plano religioso, que situariam a homossexualidade como “certa” afirmam:

- “Deus ama a todos” (ou seja, inclusive aos homossexuais).
- “Jesus considerou pecado julgar o próximo”.
- “Quem são os pastores/padres para me julgar, se as igrejas evangélicas/católicas são corruptas?”

### *O debate biológico*

Nesta subcategoria a argumentação central a considerar a homossexualidade “errada” afirma que a prática sexual não propaga a espécie, contrariaria a “natureza”. Neste sentido, não sendo natural, homossexualidade seria uma opção e não uma condição.

As argumentações que definem a homossexualidade como “certa”, no âmbito biológico, afirmam que:

- Homossexualidade seria condição e não opção: a pessoa nasceria desta forma.
- Também existiria sexo homossexual entre outros animais.

É importante ressaltar que não somente as tomadas de posição ao longo das interações e comentários são majoritariamente contrárias à homossexualidade, como também tendem a iniciar, na sequência temporal, a deliberação. As enunciações favoráveis aos homossexuais, seja nas dimensões biológica, jurídica ou religiosa, acontecem de modo reativo, depois que ofensas ou críticas à homossexualidade se estabeleceram.

Outro aspecto relevante refere-se ao fato de as temáticas da mídia noticiosa que geraram nossas categorias de análise serem justamente aquelas cujo foco central está na contestação de questões religiosas (por exemplo, o exercício religioso de duas pastoras assumidamente lésbicas). O campo religioso parece permear os discursos e funcionar como um fio condutor das argumentações, mesmo quando combatidos, contestados ou combinados com outros campos, como o jurídico e biológico. Neste sentido, muitas vezes os enunciados oriundos de campos sociais distintos se cruzam: como veremos no segundo capítulo, há bastante afinidade entre alguns argumentos biológicos e religiosos, por exemplo; da mesma forma, elaborações discursivas que se valem de uma mesma referência, como a Constituição, podem ser utilizadas tanto para legitimar como para condenar algumas das demandas LGBT. Um mesmo discurso, portanto, pode apresentar categorias sobrepostas, não sendo somente da ordem jurídica, biológica, econômica ou religiosa, mas combinando tais perspectivas.

\*\*\*

A noção de agendamento (*agenda-setting*)<sup>56</sup> ressalta a eficácia com que as mídias agendam determinados temas na opinião pública. Segundo pesquisas realizadas por McCombs (2009), as mídias têm um grande potencial para transferir a saliência de um determinado tópico de seu noticiário para o público.

---

<sup>56</sup> A teoria do agendamento, inspirada pelas teorias de Walter Lippmann, autor do livro *Public Opinion* (1922), foi comprovada por Maxwell McCombs durante a eleição presidencial de Chapel Hill em 1968. Desde então, o autor tornou-se uma referência no assunto, especialmente em sua obra *Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública* (McCOMBS, 2009).

Quando um veículo destaca determinadas temáticas, seja pela repetição ou espaço dado na primeira página, dentre outros fatores, ele sugere esta hierarquia de importância aos fatos sociais para as pessoas que acessam a informação. Na primeira fase do *agenda-setting*, a crença era a de que “os veículos noticiosos podem não ser bem-sucedidos em dizer às pessoas o que dizer, mas são surpreendentemente bem-sucedidos em dizer às pessoas sobre o que pensar” (COHEN *apud* McCOMBS, 2009, p. 19).

Não acreditamos ser possível, no entanto, conceber a sociedade como um mero receptáculo de conteúdos produzidos por empresas de informação. Advogamos que o modelo mais aproximado de agendamento seria o de um circuito de retroalimentação, onde a sociedade civil também poderia agendar as mídias, obtendo mais possibilidades de conduzir suas questões à sociedade como um todo. É por isso que muitos segmentos organizados buscam incluir suas pautas na mídia noticiosa, tanto em termos de tornar determinado tópico mais saliente como para elaborar enquadramentos estratégicos.

Grande parte dos movimentos sociais realiza, ao tentar agendar as mídias, o chamado *advocacy* – “trabalhar para a sensibilização dos gestores públicos e da sociedade civil sobre a importância de temas de interesse social” (SILVA, 2007, p. 88). Levam em consideração que as mídias são uma agência de socialização e produtora de sentidos, com potencial de influenciar mentalidades e atitudes.

As principais temáticas identificadas em nossa análise – recorrentes em deliberações espontâneas sobre o evento – coincidem com as temáticas planejadas pela organização oficial do evento, que teve como mote o slogan “Amai-vos uns aos outros: basta de homofobia”. Com a citação bíblica, a questão religiosa é evocada, em uma provocação à resistência de instituições à aprovação de direitos civis a homossexuais, assim como à própria homossexualidade; já a referência à homofobia diz respeito às lutas em defesa do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122, ainda não aprovado, que criminaliza a discriminação por gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero e à aprovação do kit anti-homofobia, material a ser distribuído nas escolas para estimular o debate entre professores/as e alunos/as sobre a questão da homossexualidade.

Já em um primeiro exame da amostragem, observa-se a capacidade de agendamento do evento, na sociedade, de pautas relevantes para as minorias

sexuais que organizaram e/ou compareceram à *Parada Gay*, evento bastante abordado pelos veículos de comunicação.<sup>57</sup>

Durante este processo de análise, foi interessante observar como o próprio discurso jornalístico, quando replicado em alguns blogs, foi recortado, moldado, reconstruído, de forma a atender a interesses específicos. Emblemática, neste sentido, é a notícia referente ao casal de pastoras lésbicas Lanna Holder e Rosania Rocha, que afirmaram que iriam à *Parada Gay* para pregar o evangelho entre os/as participantes, uma das notícias mais recorrente no *corpus*. O site *Genizah*, auto-intitulado “um blog cristão”, reproduz na íntegra uma matéria do *GI*, com a manipulação somente do título. Enquanto o original afirma: “Pastoras lésbicas querem fazer ‘evangelização’ na *Parada Gay* de SP”, o texto publicado no blog teve o título alterado para “Pastoras sapatão querem fazer ‘evangelização’ na Parada Gay de SP”. A simples troca do adjetivo “lésbicas” pelo pejorativo “sapatão” produz um efeito significativo no sentido, mesmo que o resto da reportagem não tenha sido alterada.

## 5.2.

### As minúcias do discurso

Tendo como norte o conceito de que o discurso não simplesmente constrói um ponto de vista que lhe é exterior e anterior, mas gera sentido, ajudando a constituir os próprios sujeitos envolvidos na cena discursiva (MAINGUENEAU, 1989), propomo-nos a descrever, neste capítulo, os detalhes dos discursos apresentados nas categorias de análise explicitadas no capítulo anterior. Como já destacamos, as categorias muitas vezes se sobrepõem, e alguns textos encontram-se na interseção de gêneros diversos; seguimos, neste caso, a recomendação do autor francês de fazer os recortes genéricos que pareçam pertinentes ao/à analista,

---

<sup>57</sup> É importante esclarecer que estamos tratando, aqui, da chamada saliência do tópico (McCOMBS, 2009, p.18), não necessariamente dos atributos. Ou seja, a *Parada Gay* de fato consegue pautar a mídia e a opinião pública; no entanto, isso não significa que seja eficaz em agendá-las de acordo com os interesses das minorias sexuais.

uma vez que muitos níveis dos discursos não são independentes. Em algumas sequências longas, não as reproduzimos na íntegra: as reticências entre parênteses localizam os trechos em que houve edição.

### 5.2.1.

#### **Pertinência do evento**

Como vimos, a *Parada Gay* propõe um agendamento de tópicos na sociedade, provocando reações e argumentações diversas. A temática que destacamos agora refere-se ao evento em si, aos discursos que elaboram interpretações a respeito de sua legitimidade e/ou importância.

Ao contrário do que ocorre nos debates religioso, biológico e acerca dos direitos civis, as opiniões a respeito da *Parada Gay* enquanto evento não necessariamente abordam a questão da legitimidade da prática homossexual em si (como “certa” ou “errada”), extrapolando a discussão para abordar as formas com que os grupos LGBT publicizam suas reivindicações e subjetividades.

Neste sentido, são duas as principais argumentações utilizadas para contestar ou relativizar a existência do evento: a ideia de que a *Parada Gay* deixou de ser uma manifestação para se transformar em um “carnaval”, deixando de lado a questão política, e uma contestação a respeito da importância da causa defendida, em comparação às outras demandas da sociedade. Já em relação às construções discursivas que, de alguma forma, buscam elaborar uma defesa do acontecimento, três são as opiniões que as fundamentam: a questão da importância do evento para a economia e o turismo da cidade de São Paulo, a grande quantidade de participantes e, em menor escala, o papel que o evento desempenha enquanto promotor de tolerância e igualdade.

Destacamos a seguir algumas formulações discursivas que ilustram os padrões de argumentação mais recorrentes que contestam ou relativizam a pertinência da *Parada Gay*, para os analisarmos. Em seguida, expomos os

discursos cujas tomadas de posição são favoráveis ao evento, para também investigarmos suas estratégias de defesa.<sup>58</sup>

### 01.

José Maia diz:

**Sujeira, nudismo**, uso de **drogas, embriaguês**, além de **sexo** explícito como já foi flagrado nas travessas da Paulista. **Direitos** se conquistam de **outras formas**, por enquanto é **só carnaval** mesmo!

Comentário sobre notícia “15ª Parada Gay espera reunir 3 milhões”

Site: Diário do Grande ABC (Agência Estado)

Data: 26 de junho de 2011

### 02.

Cris Lopes diz:

Acho que a Parada perde o **foco**..!

Hoje a parada se resume a **drogas, bebidas, e arrastões**..isso é uma vergonha ninguém se dá o **respeito**...assim galera nunca teremos nossos **direitos** conquistados...

**sou homossexual** mas sei meus direitos, e nunca esqueço dos **deveres**, e do respeito ao próximo.

Comentário sobre notícia “Parada Gay reúne quatro milhões de pessoas e causa polêmica com cartazes”

Site: Portal de Novo Hamburgo

Data: 27 de junho de 2011

### 03.

Hidroxido diz:

Em **público**? Não podia ser entre **4 paredes**?

Precisa ser em cima de um **carro alegórico**?

Comentário sobre notícia “Sou uma travesti que já nasceu operada’, diz Preta Gil na abertura da Parada Gay em SP”

Site: Globo Online

Data: 26 de junho de 2011

<sup>58</sup> Todos os trechos ao longo da análise foram utilizados em suas grafias originais, sem correções ortográficas ou gramaticais.

## 04.

Natvalle diz:

Os homossexuais com **esse papo** de homofobia e arrogância, estão aumentando o preconceito e a intolerância...isto já está ficando insuportável. Porque não fazem campanhas para uma **EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO ENSINO PÚBLICO** para que não tenhamos mais ignorantes falando o que o MEC, aprovou: **NÓS PEGA OS PEIXE...O RIO SÃO FRANCISCO CORTA O ESTADO DE ALAGOAS...** e  $10-7=4$ .  
**ACORDA BRASIL!!!**

Comentários sobre notícia “Hackers invadem site da Parada Gay de São Paulo”

Site: Globo Online

Data: 06 de junho de 2011

O termo “carnaval” é utilizado de forma bastante recorrente para definir a *Parada Gay*, semantizado na maior parte das vezes de forma pejorativa: é sinônimo de drogas, obscenidade, furtos (trechos 01 e 02). Esta perspectiva revela duas opiniões centrais: a de que o aspecto político é esvaziado por conta do caráter festivo, que tornaria o evento menos sério e com menos credibilidade no que diz respeito a reivindicações de direitos e a de que a *Parada Gay* é um palco para a imoralidade e obscenidade, que como ilustra o exemplo 03, “deveria ficar entre quatro paredes”. Estes argumentos demonstram um paradoxo: por um lado, o caráter festivo do evento o deslegitimaria porque a questão política seria deixada de lado; no entanto, os próprios discursos opositores, em geral, esvaziam as demandas políticas dos grupos LGBT, ao se posicionarem de forma contrária a projetos como o PLC 122 e ao kit anti-homofobia.

Em relação à suposta carnavalização da *Parada Gay*, consideramos que se insere naquilo que Herschmann (2005) chama de uma nova arena política, a midiática, na qual a espetacularização<sup>59</sup> torna-se uma estratégia que ajuda a conferir visibilidade para determinados discursos. Na opinião do autor, embora a valorização excessiva das imagens e das *performances* deva ser sempre objeto de

<sup>59</sup> O francês Guy Debord foi o responsável, na década de 60, por cunhar o conceito de “Sociedade do Espetáculo”. Para ele, “toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação” (DEBORD, 2003, p. 08).

reflexão crítica, a valorização da fruição não necessariamente revela uma indiferença da sociedade pelas questões políticas, uma vez que “o espetáculo pode também ser agenciado pelas minorias e usado como estratégia para se alcançar mobilização social e realizar ‘resistências’, agendando e mobilizando diferentes públicos” (HERSCHMANN, 2005, p. 1). Outros/as autores/as, como Nussbaumer (2001), no entanto, alertam para o risco de a *Parada Gay* reforçar a heteronormatividade, na medida que privilegia estereótipos e destaca, especialmente para a mídia, somente o que é exagerado ou exacerbado, enquanto os homossexuais “comuns”<sup>60</sup> se mantêm invisíveis, sem ameaçar a norma.

Pode-se dizer que o acontecimento da *Parada Gay* apresenta elementos de espetáculo. A própria organização oficial do evento, a Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGLBT), denomina os carros que participam do evento de “trios elétricos”, como são chamados os caminhões sonorizados que embalam multidões em festas nas ruas, como o próprio carnaval. Entre os/as participantes, é notória a valorização das *performances* e da estética; muitos/as vão maquiados/as (ou “montadas”, na gíria utilizada por LGBTs) e fantasiados/as. O tom do evento é basicamente festivo, com música e dança durante toda sua realização.<sup>61</sup>

Este caráter descontraído não é, no entanto, uma coincidência, uma casualidade, como revela o depoimento de uma das participantes ativas do *Corsa*, um dos principais grupos responsáveis em organizar a I Parada do Orgulho GLT em São Paulo. Em entrevista publicada no livro de Facchini (2005), ela explica a escolha do termo “parada” para nomear o evento:

(...) A nossa discussão ficou entre passeata e parada. Mas a questão da passeata tem uma conotação política muito forte, assim, e, apesar do evento ser político, ele não é só político. Tem todo um lado de festa, de alegria, de brilho, que está aí, está paralelo. E é até uma forma de mostrar para a sociedade como a gente vive bem a vida e não tem problemas assim existenciais com relação à orientação sexual. E seria, também, uma coisa que afugentaria muita gente, imagina: ‘Vou a uma passeata gay’ (Clara, em entrevista à Facchini in FACCHINI, 2005, p. 229).

<sup>60</sup> Aspas originais.

<sup>61</sup> Conforme afirmamos previamente, na *Parada Gay* de 2011, em seis horas de evento, somente cerca de trinta minutos foram dedicados a discursos de políticos e celebridades em relação às demandas do movimento.

Esta visão de que a festa corre em paralelo à questão política, de que ambos podem coexistir, não é, no entanto, compartilhada pelos discursos destacados, que de certa forma revelam uma concepção mais tradicional a respeito dos modelos de ações coletivas políticas (“direitos se conquistam de outras formas” - exemplo 01). Criticam o comportamento adotado nas *Paradas Gays* – segundo eles, semelhante aos carnavais de rua, que envolvem carícias no espaço público – porque as demonstrações homoafetivas deveriam ficar “entre quatro paredes” (exemplo 03). Interessante observar que, neste sentido, esta perspectiva de ação coletiva vai de encontro à postura adotada por alguns movimentos sociais desde a década de 60, como vimos no primeiro capítulo da parte I deste estudo. Quando as feministas cunharam o slogan de que “o pessoal é político”, chamaram atenção para o fato de que o poder não opera somente na esfera política, mas também na esfera íntima (CALHOUN, 1994). Argumentações como as por nós destacadas, mesmo que não ataquem diretamente a prática homossexual, reproduzem a heteronormatividade quando defendem o confinamento da homoafetividade à esfera privada.<sup>62</sup>

O segundo aspecto de crítica à *Parada Gay* diz respeito às demandas defendidas, cuja relevância seria de certa forma inferior a outros problemas sociais, como a corrupção e a educação. Também aqui observamos uma dissonância entre o que estes discursos consideram relevante e o foco do chamado “novo paradigma dos movimentos sociais”, por nós explicitado no primeiro capítulo. Conforme destacamos, o novo modelo das ações coletivas reivindicatórias inclui o respeito à diversidade sexual como essencial para a obtenção da cidadania, uma vez que preconceitos de ordem sexual também podem se configurar em empecilhos para a conquista de outros direitos, como promoções no mercado de trabalho, por exemplo.

---

<sup>62</sup> Neste sentido, Jesus (2010), em sua interpretação da teoria de DaMatta (1991) de que o carnaval brasileiro seria um momento de “catástrofe controlada, em que, por um tempo determinado, há uma inversão dos papéis sociais, raciais e sexuais estabelecidos” (JESUS, 2010, p. 62), destaca que a noção de carnavalização não é bem vinda em ações coletivas de aspecto reivindicatórios, porque quebrariam a seriedade do protesto. Na opinião da autora, no entanto, as *Paradas do Orgulho LGBT* quebrariam este paradigma por serem um misto de desfiles de carnaval com passeatas de caráter político, e com isso elas “dramatizam e exacerbam as diferenças internas entre LGBT, e em relação à população em geral” (JESUS, 2010, p. 63). De acordo com este prisma, portanto, a presença de aspectos carnavalescos nas *Paradas Gays* não necessariamente exclui seu lado político.

Da mesma forma, observa-se que as operações discursivas favoráveis à *Parada Gay* aparecem em número muito inferior e são de caráter reativo, aparecendo no debate somente depois de ataques serem proferidos. Abaixo, destacamos alguns exemplos para então discutirmos suas estratégias discursivas.

#### 05.

Índios da tribo Kalapalo, do Alto Xingu (MT), aterrissaram na Parada Gay de São Paulo para protestar contra a construção da usina de Belo Monte.

Ao contrário de muita gente que usou fantasia na festa, os índios trajavam suas vestes costumeiras. “A gente veio lá do Alto Xingu para que as pessoas saibam o que é Belo Monte. Muita gente não sabe. A Parada Gay é o **melhor lugar** para **chamar a atenção** de São Paulo”, disse a índia Samy Kalapalo. Ela, o pai e outros índios estavam convocando as pessoas para um protesto no dia 20 de agosto na mesma Avenida Paulista. “Assim como os Homossexuais são rejeitados, nós índios também sofremos preconceito”, afirmou Kuana Kalapalo

Notícia “Índios protestam na Parada Gay contra construção de usina”

Site: G1

Data: 30 de junho de 2011

#### 06.

Orgulho de respeitar as diferenças e, principalmente, de respeitar nosso Idioma diz:

Gente, o que é isso ???

Sugiro que estas pessoas que criticam um **evento recorde de participantes**, antes de o fazerem, procurem aprimorar, um pouco, o conhecimento sobre o nosso Idioma. Tenho certeza que alguns profissionais da nossa língua quase tivera uma síncope ao ler tal escrita: VC AXA..., VAMUS LER..., um pais con tantos..., inutiu... e... e esqueção essa senvergonhiçe...

Assim não dá !!!!!

Comentário sobre a notícia “Participantes da Parada Gay se encaminham para o fim da festa”

Site: G1

Data: 26 de junho de 2011

#### 07.

Há 14 anos celebrávamos as bênçãos de São Pedro, que mesmo com previsões de dias chuvosos sempre manteve secas as horas de Parada Gay a cada domingo desde 1997. Mas esse ano finalmente aconteceu: choveu e muito. [...] Dessa maneira a **quantidade de gente nas ruas** que encarou o toró é uma

**vitória.** A porcentagem de gays era maior que em anos anteriores e houve muito menos incidentes.

Texto “Parada da chuva”  
Site: Mix Brasil  
Data: 27 de junho de 2011

## 08.

Ontem, **4 milhões de pessoas** (número divulgado pela organização) desfilaram o seu orgulho, seu amor, sua diversidade pela Avenida Paulista. **4 mi deram bandeira** e disseram “Sou gay sim, e dai” ou, pelo menos, “Eu apoio essa causa, eu to aqui com vocês”. E mesmo que isso tudo seja feito em forma de carnaval, eu pergunto: quando você vê **tantos** homossexuais sendo eles mesmos, livremente e cheios de felicidade? **Visibilidade.** Se for festa, então eu acredito que nós temos direito a essa festa – por todo o preconceito, violência e discriminação que sofremos, nós temos o direito. No domingo, **fomos 4 milhões** festejando a diversidade, mostrando pro Brasil que a gente existe, que nós somos muitos, que vamos fazer barulho até conseguirmos os nossos direitos.

Por Manuela Neves

Texto “Dizem por aí que a Parada Gay virou carnaval”  
Site: Blog Dê Bandeira  
Data: 27 de junho de 2011

## 09.

Priscila diz:

se vc prestar atenção e ver o quanto um evento como a Parada do Orgulho Gay traz de lucro pra cidade **só perde para a Formula 1.** Então ñ se preocupe pois tudo isso sera muito bem pago para a Prefeitura se ela ñ repassa para população a culpa já ñ eh mais nossa!!!!

Comentário sobre notícia “PMs montam cordão para limpeza da Avenida Paulista”  
Site: G1  
Data: 26 de junho de 2011

## 10.

Economicamente, a Parada Gay é o segundo evento que mais movimentou a capital paulista, perdendo apenas para a Fórmula 1. No ano passado, a Parada trouxe mais de 400 mil visitantes para a cidade e girou **nada menos que R\$ 188 milhões** no setor de turismo.

Por Felype Falcão

Texto “Ocupação hoteleira na região da Paulista mantém mesmo índice dos anos anteriores”

Site: Mix Brasil

Data: 21 de junho de 2011

## 11.

cyro nascimento diz:

a **mensagens** das paradas gays é que milhoes de pessoas sao discriminadas e sofrem **violencia** por causa de sua orientacao sexual e que essas pessoas devem ser **respeitadas**.

## 12.

EuropaNordeste diz:

O Brasil não é e nunca será um país teocrático. Seremos e somos uma **democracia** onde haja **respeito** e **liberdade** pelas diferenças. Abaixo a intolerância e a falta de respeito, abaixo a hipocrisia! Respeito pela liberdade do cidadão brasileiro. Respeito pela democracia. A comunidade gay brasileira deve se manifestar abertamente contra a intolerância e deve ter representantes em Brasília. Parada Gay de São Paulo, **o mundo te parabeniza**. Os países Europeus vão assistir, ver vocês.

Comentários sobre notícia “Hackers invadem site da Parada Gay de São Paulo”

Site: Globo Online

Data: 06 de junho de 2011

O argumento mais recorrente a favor da existência da *Parada Gay* diz respeito ao número de participantes – “um recorde” (06), “o melhor lugar para chamar a atenção de São Paulo” (05), “a quantidade de gente nas ruas que encarou o toró é uma vitória” (07). Em segundo lugar no número de recorrências aparece a importância do evento para a economia e o turismo (“só perde para a Fórmula 1” – exemplo 09; “girou [*sic*] nada menos que R\$ 188 milhões no setor de Turismo” – exemplo 10). Já o argumento menos recorrente, embora tenha aparecido suficientes vezes para ser considerado um padrão argumentativo, é o de defesa da *Parada Gay* enquanto um evento de promoção do respeito e da liberdade (12) e contra a intolerância (11).

Interessante notar, neste sentido, como os principais tópicos defendidos no evento, como a liberdade e tolerância, são os menos utilizados discursivamente em sua defesa. Os discursos focam em questões quantitativas, seja em um orgulho de a *Parada Gay* ser um evento “recorde”, seja no fato de ser mercadologicamente relevante, movimentando a economia e o turismo da cidade. Neste sentido, a lógica do mercado parece mais sensível às mentalidades da sociedade no entendimento do grupo minoritário, que recorre a ela como estratégia de defesa, deixando em segundo plano o aspecto social e político.

Segundo Facchini (2009), o movimento homossexual brasileiro, a partir da década de 90, aproximou suas relações com o mercado, uma vez que buscava um afastamento dos “guetos” e do relativo isolamento vivido na década de 80, para massificar as manifestações. O então chamado mercado GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) ganhou força e se diversificou; empresários começaram

a se ver e a ser vistos como articuladores de uma ação política, no sentido de que estimulam a “autoestima dos homossexuais” e a formação de uma “identidade positiva” – através de iniciativas como festivais de cinema, editoras e mesmo espaços de lazer e sociabilidade – e fazem circular informações por esse público por meio de sites e revistas especializadas (FACCHINI, 2009, p. 66).<sup>63</sup>

A questão da formação de uma “identidade positiva” é fundamental para se pensar esta articulação de segmentos LGBT com o mercado: afinal, o fortalecimento da autoestima de homossexuais é estratégico não somente para as organizações de defesa de seus direitos, mas também para empresas direcionadas a homossexuais, uma vez que é de suma importância para o mercado segmentado que “esse público continue a existir e consumir enquanto tal” (FACCHINI, 2009, p. 156).

---

<sup>63</sup> O capital movimentado pelo consumo de produtos e serviços destinados a homossexuais ganhou a designação informal de “Pink Money”. Estima-se que gays e lésbicas gastem cerca de 30% a mais que heterossexuais, e no caso do público masculino, a maioria (39%) pertence às classes A e B. Um dos motivos apontados para este maior potencial de consumo estaria no fato de a maioria de gays e lésbicas não terem filhos, podendo gastar mais em benefício próprio. Reportagem “O poder do Pink Money” (*Revista Brasileiros*).

Neste contexto, surgiram as *Paradas Gays*, momento de maior visibilidade do grupo LGBT. No caso da cidade de São Paulo, elas já fazem parte do calendário turístico e recebem apoio da prefeitura e patrocinadores variados, além de movimentarem o circuito de casas noturnas nos dias próximos ao evento. Os discursos que exaltam a importância do evento em termos econômicos são condizentes, portanto, com a própria aproximação de partes do movimento LGBT com o mercado. No entanto, é importante observar que as pautas para as quais as próprias *Paradas Gays* abertamente buscam visibilidade, como a questão da intolerância religiosa e da aprovação de leis como o PLC 122, não são lembradas de forma recorrente nos discursos que defendem a pertinência do evento, que enfatizam mais os aspectos quantitativos, ligados ao público presente ou ao dinheiro que o evento movimenta.

### 5.2.2.

#### Direitos civis em questão

O ano de 2011 foi histórico em relação às demandas LGBT. Em primeiro lugar, a aprovação da união homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal, que passou a reconhecer, a partir do dia 05 de maio, uniões estáveis entre indivíduos do mesmo sexo como entidades familiares, com direito à proteção do Estado. A decisão garantiu a 60 mil casais homoafetivos<sup>64</sup> direitos que antes eram exclusivos de heterossexuais, como o direito à herança, pensão alimentícia e inscrição do/a companheiro/a em planos de saúde, entre outros.

Além da união estável, outros dois assuntos geraram, em 2011, controvérsia entre políticos/as, religiosos/as e a sociedade no plano geral: a criação do kit anti-homofobia e a pressão pela aprovação do projeto de Lei da Câmara (PLC) 122, que tenta, desde 2006, transformar em crime a discriminação motivada unicamente pela orientação sexual ou na identidade de gênero. Se aprovada a lei, tais discriminações serão incluídas no conceito legal de racismo,

---

<sup>64</sup> De acordo com o Censo de 2010, em informações publicadas na reportagem “Censo 2010 contabiliza mais de 60 mil casais homossexuais” (GI).

que atualmente abrange a discriminação por cor de pele, etnia, origem nacional ou religião.<sup>65</sup>

Já o kit anti-homofobia, parte do programa “Escola sem Homofobia”, elaborado pelo Governo Federal, contém material didático-pedagógico direcionado a professores/as, para que possam abordar o tema da homossexualidade com estudantes do Ensino Médio. Segundo a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (ABLGBT), o kit educativo foi avaliado e aprovado por instituições como a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, a Unesco e entidades de representação de estudantes e professores/as.

Em maio, mesmo mês de aprovação da união homoafetiva, a presidenta Dilma Rousseff interrompeu o processo de distribuição do kit após protestos da chamada “bancada religiosa” no Congresso, frente parlamentar que defende os interesses das igrejas, em sua maior parte as de denominação evangélica, embora também seja forte a presença do chamado lobby católico. A presidenta alegou que, por se tratar de um material sobre “costumes”, passaria ainda “pelo crivo da coordenação-geral da Presidência e por um amplo debate com a sociedade civil”.<sup>66</sup>

As polêmicas relacionadas à união homoafetiva, ao kit anti-homofobia e ao PLC 122 não ficaram restritas às deliberações no plano político; agendaram intensamente discussões na sociedade, midiaticizadas por portais de notícias, blogs de instituições religiosas e ONGs LGBT, entre outros, como ilustrado no quadro 1 do tópico anterior.

As construções discursivas relativas aos direitos civis de homossexuais, bissexuais e transexuais têm como ponto comum a utilização daquilo que Maingueneau chamou de citação de autoridade (MAINGUENEAU, 1989, p. 100); neste caso específico, a Constituição Federal:

Geralmente, tratam-se de enunciados já conhecidos por uma coletividade, que gozam o privilégio da intangibilidade: por essência, não podem ser resumidos nem reformulados, constituem a própria Palavra, captada em sua fonte (MAINGUENEAU, 1989, p. 100-101).

---

<sup>65</sup> A íntegra do projeto de Lei da Câmara (PLC 122) encontra-se na Seção de Anexos.

<sup>66</sup> Reportagem “Dilma Rousseff manda suspender kit anti-homofobia, diz ministro”. Site: *GI*.

A Constituição pode ser apropriada discursivamente de formas diversas, mas dificilmente o mérito de suas cláusulas pétreas, como a igualdade de cidadãos/ãs em direitos e obrigações, a liberdade de expressão e de crença, entre outros, são questionados.<sup>67</sup> Ou seja, ela é, de fato, uma espécie de Palavra suprema para o *ethos* democrático.

Para investigarmos em mais detalhes estas construções, partimos para a análise de alguns dos enunciados referentes à categoria de análise que engloba os direitos civis das minorias sexuais.

Ao longo do *corpus*, observamos a predominância de operações discursivas que, com argumentos e graus de intensidade variados, se posicionam contra direitos reivindicados pelo grupo LGBT. Estas interpretações giram em torno de três eixos temáticos principais: a) a questão do PLC 122 ser uma “mordaza gay” e supostamente ferir o princípio de liberdade de expressão e religião (já que alguns líderes religiosos publicamente afirmaram que a pregação contra a homossexualidade se tornaria crime); b) em relação ao kit anti-homofobia, união estável e PLC 122, tomados em conjunto, segundo este discurso, os gays estariam, na verdade, instaurando uma espécie de “ditadura da minoria”, buscando “privilégios” ou “forçando” a aprovação de seus direitos; c) no escopo desta ideia de privilégios, as mídias são consideradas um agente de promoção dos gays, se comportando de forma parcial. Embora estes três padrões apareçam – na maior parte das vezes, imbricados, – o tema PLC 122 é o mais recorrente. Vale lembrar que o projeto toca em um ponto sensível a religiosos, a liberdade de culto e expressão.

Como foi dito anteriormente, o evento da *Parada Gay* propõe um agendamento de questões caras ao grupo minoritário de homossexuais, lésbicas, bissexuais e transexuais. Nos ambientes on-line, este agendamento provoca reações de campos sociais distintos – principalmente o religioso, jurídico e biológico – que se posicionam contrariamente às demandas do grupo. Abaixo, transcrevemos alguns comentários elucidativos neste sentido.

---

<sup>67</sup> As cláusulas pétreas da Constituição Federal de 1988 encontram-se no artigo 60, parágrafo 4º: “Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais”. Os direitos e garantias individuais, por sua vez, são relacionados no artigo 5º, que tem 77 incisos. Informações retiradas do site oficial do Planalto.

13.

**Marcos Miranda diz:**

Discordar dos outros não é oprimir ninguém. Os Gays do nosso País buscam serem mais protegidos do que os demais e isso não pode acontecer de forma alguma. A legislação deve ser pra todos, que proteja o negro, a criança crente no colégio que é discriminada pelo professor ateu, que proteja toda a malha social. Os gays, como são minoria e sempre serão terão sim que buscar o cumprimento da legislação e **devem sim ser protegidos como todos, porém sem diferença.**

Coluna de opinião “São Paulo é mais gay ou mais evangélica?”

Site: Folha Online

Data: 24 de junho de 2011

14.

**Jonas Alba Gonçalves Rimmer diz:**

O PL 122/06 ("**Mordança Gay**"), não pode ser aprovado no Congresso. É um projeto de lei DITATORIAL, que instituiria a **Ditadura Gay** no Brasil, do dia para a noite. Os homossexuais estariam acima do bem e do mal, **imunes** a críticas. Marta é uma aberração. Eleita pelos heterossexuais cristãos, legisla para uma **minoria dos infernos.**

Comentário sobre a reportagem "'Sou uma travesti que já nasceu operada', diz Preta Gil na abertura da Parada Gay em SP"

Site: Globo Online

Data: 26 de junho de 2011

15.

Case diz:

vc's não acham que **eles** já **passaram dos limites?** e ninguém faz nada?cade as **autoridades?**parabéns aquele juiz lá de Goiás que anulou o casamento daquelas bibas, mas e agora aparecerão outros defensores dos bons costumes?espero que sim? ou **nós povo** teremos enfrentar essa parada e agora **recuperar** nossos **direitos.**

Comentário sobre a notícia “Parada Gay usa imagens de santos e cria polêmica”

Site: Portal Yahoo!

Data: 27 de junho de 2011

## 16.

Ricardo Moura Lopes Coelho diz:

[...] Atacamos sim o STF, por **rasgar a constituição**. Nosso desejo é que se mude a constituição 1º, para não termos **super cidadãos**.

## 17.

Pedro Luiz diz:

Sr. Gilberto Dimenstein, por ser um jornalista eu pensei que VSa. era mais culto e bem informado. No trecho de seu texto: "Por trás da parada gay, não há esquemas políticos nem partidários" lhe faço a seguinte pergunta: Se não há esquemas políticos nem partidários o que são os vários deputados e partidos que apóiam a PL-122, um plano de lei que **acaba com a família** e seus direitos? Lamentável sua posição a favor dessa parcela que quer se aparecer.

## 18.

José Maria diz:

Os cristãos no Brasil estão vivendo um **ataque ideológico**, principalmente do **marxismo**, que rega o Estado **ateu**, e que sustenta o PT. Ultimamente, todas as tentativas de criminalizar ou calar os cristãos, estão sendo propostos no **Congresso** pelo **PT**. Eles querem impor a sua ideologia namarra, e criminalizar quem for contra. Até os ministros que o **PT** indicaram pro **STF** estão a serviço dessa ideologia, deixando de lado a Lei, aprovada pelo parlamento..

Comentários sobre a coluna "São Paulo é mais gay ou evangélica?"

Site: Folha Online

Data: 24 de junho de 2011

## 19.

O Pastor Silas Malafaia, em seu programa neste sábado, falando sobre a Parada Gay e a Marcha para Jesus, **criticou a mídia** por sua cobertura. Segundo ele, a mídia [citando alguns jornais] não citou **números** reais da parada, divulgando números "**superestimados**" de 4,5 milhões dados pelos organizadores. Entretanto, para a **Marcha para Jesus**, ele alegou que a mídia transmitiu cerca de 1 milhão de participantes, o que ele afirma que foi isso somente na concentração final. Malafaia afirmou que a estimativa mais provável é de **2,5 milhões de participantes** para a Marcha para Jesus. [...] Com relação as leis como a PLC 122, que pretende criminalizar a homofobia, **ele diz que para isso já tem lei**, e portanto, chama esse tipo de lei reclamado pelos homossexuais, de "**lei do privilégio**".

O pastor da Igreja Vitória em Cristo, insinuou que o fato de a imprensa ficar **omissa** nesse caso, é pela existência de **muitos homossexuais nas editorias**. "Lá dentro das editorias está cheio de gays", disse ele, afirmando que eles manipulam a informação.

[...] "Eu fui chamado para falar qualquer assunto da sociedade", concluiu ele **reclamando** seu **direito** de **cidadão**. E citou: "E não vos associeis com as obras infrutuosas das trevas, antes, porém, condenai-as; Mas todas estas coisas, sendo condenadas, se manifestam pela luz, **pois tudo o que se manifesta é luz.** (Efésios 5: 11;13)"

Notícia "Silas Malafaia critica Parada Gay e Cobertura da Mídia"

Site: Christian Post

Data: 02 de julho de 2011

## 20.

Michel diz:

É uma pouca vergonha o que o Kassab fez ele tirou a marcha para Jesus da Av. Paulista, sendo que a marcha é **bem mais antiga** que a parada Gay e **reune muito mais pessoas** (a organização da parada Gay diz que foram reunidas mais de 4 milhões de pessoas, isto é um **ABSURDO** quase a metade da população de São Paulo, e mesmo que este número de pessoas viessem de outros estados os aeroportos e rodovias não iriam conseguir comportar tanta gente vindo num mesmo dia e eu nem sequer ouvi falar em superlotação dos aeroportos e rodovias, **a polícia militar nem quiz contabilizar** a quantidade de pessoas)

Comentário sobre o texto "Comparação entre Marcha para Jesus e Parada Gay é criticada por Reinaldo Azevedo"

Site: Blog Inforgospel

Data: 26 de junho de 2011

## 21.

Bom senso gay diz:

O PL122/06 IMPÕE a SEGUINTE LEI PARA OS BRASILEIROS::  
 Pode xingar Pastores, Padres, Políticos, Cidadãos de bem, mas se xingar Gay vai preso  
 ! !  
 2 a 5 ANOS DE CADEIA... COM a PL122 é assim agora....  
 QUEM MANDOU ELEGEREM **COMINISTAS** PARA **PRESIDENTE**  
 AGORA **AGUENTEM...**

Comentário sobre a notícia "Cruzada religiosa combate direitos civis dos gays"

Site: Terra Magazine

Data: 29 de junho de 2011

## 22.

Mosart Aragão Pereira diz:

Se o Kit Gay fosse distribuído nas escolas hoje também teríamos a realização da 1ª passeata mirim GAY. **Parabéns ao Deputado Bolsonaro** que evitou tal crime contra a **FAMÍLIA brasileira**.

Comentário sobre a notícia “Parada Gay deve reunir 3 milhões em São Paulo neste domingo”

Site: O Globo Online

Data: 26 de junho de 2011

Termos como “mordança gay” e “ditadura gay” foram recorrentes nas reações às conquistas e reivindicações do grupo LGBT. A constância destas apropriações confirma a teoria de Maingueneau (1989) de que todo discurso associa-se a uma memória, “constituída de formulações que repetem, recusam e transformam outras formulações”, “presumida pelo enunciado enquanto inscrito na história” (MAINGUENEAU, 1989, p. 115). Em grande parte dos casos, a estratégia discursiva consiste em associar a aprovação de direitos de homossexuais a um “governo da minoria” (de caráter ditatorial) em oposição ao “governo da maioria”, a democracia. Já o termo “mordança” aparece como análogo à chamada Lei da Mordança, ainda muito presente no imaginário popular e instituída durante a Ditadura Militar (1964-1985), que impedia servidores/as de dar declarações públicas sobre o governo, sob pena de punições disciplinares.

Vale lembrar que não há nada no PLC 122 que transforme em crime a crítica à homossexualidade; a ilegalidade estaria na injúria, como se nota no terceiro artigo do projeto, que altera a redação do Código Penal. Originalmente, o artigo 140 afirma ser passível de detenção (de um a três anos, ou multa), “injúria alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro” se a injúria consistir na utilização “de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem”.<sup>68</sup> O projeto defendido pelo grupo LGBT insere no texto os seguintes elementos: “condição de pessoa idosa ou com deficiência, gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero”.<sup>69</sup>

Segundo alguns discursos que se posicionam de forma contrária à aprovação do PLC 122, no entanto, a alteração do texto do Código Penal não é

<sup>68</sup> Os dois trechos referentes à redação original do artigo 140 foram retirados do site oficial do Senado Federal.

<sup>69</sup> Retirado do site oficial do PLC 122.

vista como uma “inclusão” de um direito atualmente ausente, mas como a transformação de toda uma ordem que daria privilégios a homossexuais, tornando-os “imunes” e superiores ao restante da população. Neste sentido, é interessante observar a própria oposição feita no exemplo 15, entre “eles” (gays) e “nós povo” (heterossexuais), em “vcs não acham que **eles** já passaram dos limites? (...) agora aparecerão outros defensores dos bons costumes? (...) espero que sim? ou **nós povo** teremos que enfrentar essa parada e recuperar nossos direitos”. Por não serem heterossexuais, os/as LGBT, neste plano discursivo, são colocados à margem até mesmo do conceito de “povo”, que nestes discursos é entendido como maioria.

A ideia de que leis protegendo minorias significam “privilégios”, um excesso de vantagens no campo formal, se insere em uma controvérsia maior, apontada por Charles Taylor (1995), que destacou a existência de uma oposição entre a “política da diferença” e a “política da dignidade igual”. Em termos mais gerais, os grupos que defendem a política da dignidade igual baseiam-se em concepções universalistas dos direitos humanos, de que todos/as temos os mesmos direitos e obrigações. Taylor destaca que as medidas empregadas por governos para promover e garantir esta igualdade variaram de sociedade para sociedade e são ainda pontos controversos: para alguns, a equalização afetou somente a conquista dos direitos civis e de voto; para outros, referiu-se também à garantia de igualdade na esfera socioeconômica. Neste sentido, as demandas de negros/as por direitos civis nos Estados Unidos, principalmente na década de 60, são um caso emblemático de conquistas baseadas no princípio do universalismo.

No entanto, uma mudança ocorreu à medida que a moderna noção de identidade foi desenvolvida<sup>70</sup>, a chamada “política da diferença”. Esta nova perspectiva não nega que todos/as devem ter sua identidade reconhecida, mas sustenta que este reconhecimento deve passar, muitas vezes, por uma afirmação da “identidade peculiar do indivíduo ou grupo, aquilo que o distingue de todas as outras pessoas” (TAYLOR, 1995, p. 250). Esta política é defendida naqueles casos em que uma identidade minoritária foi oprimida, negada, ignorada em relação à outra hegemônica.

---

<sup>70</sup> A teorização a respeito da identidade enquanto uma problemática da modernidade encontra-se no primeiro capítulo da parte I deste trabalho.

Estas novas demandas geram reações diversas, inclusive a de que poderiam gerar um “tratamento diferenciado” para determinados grupos, desrespeitando assim um princípio de isonomia que deveria ser “cego às diferenças”. Esta é a argumentação recorrente, especialmente em relação ao PLC 122. No entanto, tal como Taylor destacou, “apesar de todas as diferenças de interpretação, o princípio de igual cidadania obteve aceitação universal. Toda posição, por mais reacionária, é agora defendida sob a bandeira deste princípio” (TAYLOR, 1995, p. 250). O pastor Silas Malafaia, da Associação Vitória em Cristo, uma das figuras públicas que mais combateram o PLC 122 em blogs religiosos e em seu programa de televisão, quando diz que “para isso (punição da discriminação) já tem lei” (exemplo 19), constrói sua estratégia discursiva não em oposição a um dispositivo genérico que puna a homofobia (do qual não discorda no plano discursivo), mas sim contra um suposto destaque destes grupos no texto constitucional.

Opiniões como estas são também observáveis nos enunciados acima destacados, que afirmam que gays “devem ser protegidos como todos, porém sem diferenças” (13) ou estão “passando dos limites” (15). Neste escopo argumentativo, a inclusão de certos direitos do grupo LGBT é discursivamente elaborada como se fosse a “retirada” de direitos existentes (“teremos que enfrentar essa parada e agora recuperar nossos direitos” – 15; “plano de lei que acaba com a família” – 17). O significado do “direito” que estes discursos implicitamente constroem, portanto, não corresponde ao direito do ponto de vista jurídico, já garantido pela Constituição (uma vez que um suposto risco da união heterossexual se tornar ilegal ou ilegítima não é citado pelas falas que temem uma “ditadura gay”). Parece corresponder, pelo contrário, ao “direito” de manter uma soberania, uma hegemonia, ameaçadas pela noção de igualdade.

A diversidade de acepções correspondentes ao vocábulo “direito” tem correspondência no próprio léxico da Língua Portuguesa, como indica o dicionário *Houaiss*. Entre outras 31 entradas, “direito” é concebido tanto como “justo”, “correto”, “honesto” como “privilégio” e “regalia”<sup>71</sup>. Quando, nos padrões discursivos ilustrados em nossos exemplos, se associa o atendimento de demandas de minorias sexuais à diminuição de um direito da maioria

<sup>71</sup> Dados retirados da versão on-line do *Houaiss*.

heterossexual, fica claro que a aceção de direito está mais ligada a uma ideia, naturalizada, de regalia, que de justiça.<sup>72</sup>

Nessa esteira de alegação de supostos privilégios, várias instâncias são citadas como favoráveis às demandas de LGBT: o Supremo Tribunal Federal, o Congresso, até a presidenta da República, como visto nos exemplos 18 e 21. Nos trechos destacados, é interessante observar como a reivindicação de direitos é semantizada como uma espécie de ideologia de “esquerda”, articulada ao marxismo e comunismo (referência também realizada nos trechos 18 e 21). Além disso, observa-se que as tomadas de posição que se opõem a projetos específicos para minorias sexuais aclamam, em grande parte dos discursos, o deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ), convocando o político a se candidatar para presidente (exemplo 22). Bolsonaro, responsável por algumas polêmicas em 2011<sup>73</sup>, combateu nos meios de comunicação o kit anti-homofobia, com afirmações como “Se lutar para impedir a distribuição do kit-gay com a intenção de estimular o homossexualismo, em verdadeira afronta à família é ser preconceituoso, então sou preconceituoso, com muito orgulho”.<sup>74</sup> Desta forma, tornou-se, em muitos discursos, uma espécie de representante dos interesses da “família brasileira”.

As críticas mais recorrentes por parte do grupo que se opõe aos direitos civis LGBT, no entanto, são em relação ao papel das mídias (especialmente as maiores empresas de comunicação, pertencentes ao *Grupo Folha e Organizações Globo*), que seriam parciais às causas LGBT. Uma das comparações mais frequentes é com a cobertura dos/as jornalistas da *Marcha para Jesus*, evento ocorrido três dias antes da *Parada Gay* de São Paulo, na mesma cidade. Como demonstrado no exemplo 20, os argumentos principais referem-se à questão da visibilidade, dos números citados pelas reportagens, que teriam sido superestimados no caso da *Parada Gay* e subestimados no caso da *Marcha*.

<sup>72</sup> Em relação à utilização de dicionários para a Análise do Discurso, Maingueneau (1989) afirma que, por um lado, o estudo não pode se contentar com eles, uma vez que mesmo o que chamamos de língua é atravessada por múltiplos discursos; por outro, não podemos ignorar a existência de um “espaço de ‘uniformização relativa’”, um “‘discurso nacional’ onde ‘cada entrada constitui um conjunto consistente de enunciados, separado da formação discursiva onde foram produzidos e, de alguma forma, ‘naturalizados’” (MARANDIN *apud* MAINGUENEAU, 1989, p. 152).

<sup>73</sup> Como quando, no programa televisivo *CQC*, ao ser questionado pela cantora Preta Gil sobre como reagiria caso seu filho namorasse uma negra, respondeu: “Não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Não corro esse risco porque os meus filhos foram muito bem educados e não viveram em ambientes como o teu”. “OAB entra com representação contra Jair Bolsonaro contra os crimes de racismo e homofobia” (Site da revista *Época*).

<sup>74</sup> “Jair Bolsonaro: ‘sou preconceituoso, com muito orgulho’” (Site da revista *Época*).

No caso do texto do blog *Christian Post* (19), é importante observar como o enunciador, ao colocar aspas no adjetivo “superestimado” e na expressão “lei do privilégio”, cria uma demarcação, uma linha de separação, no discurso. É um distanciamento proposital, que pode ser utilizado pelo enunciador para “proteger-se antecipadamente de uma crítica do leitor, que, supostamente, esperará um distanciamento frente à determinada palavra” (MAINGUENEAU, 1989, p. 91).

Por meio deste distanciamento, das aspas que delimitam o espaço em que fala o pastor Silas Malafaia, o discurso busca se aproximar da técnica jornalística, que é uma “construção narrativa da realidade e tem como marca o apagamento de quem narra” (SILVA, 2006, p. 03). O próprio site *Christian Post*, em sua seção institucional, escolhe a palavra “notícias” para se denominar. Observa-se que o texto, se, por um lado, não se configura como imparcial (reproduz somente um dos prismas da questão – o religioso – sem abrir um canal de expressão para representantes da *Parada Gay*), por outro, não mescla completamente sua fala com a do líder religioso.

No discurso, cujo foco é a mídia, aparece novamente a noção implícita da garantia constitucional em relação à liberdade de expressão, quando o pastor “reclama” seu “direito de cidadão” de “falar qualquer assunto da sociedade” (19). O verbo “reclamar”, no contexto, se aproxima semanticamente do ato de pleitear, reivindicar, mais uma vez transmitindo a noção de que algo lhe foi tomado (neste caso, a liberdade de expressão), aproximando esta enunciação da destacada no exemplo anterior, em que o discurso evocava a recuperação de direitos.

Seguindo a lógica observada na categoria de análise referente à pertinência do evento, a argumentação mais recorrente, e a que aparece primeiro nas sequências de comentários, é a contrária aos direitos civis para minorias sexuais, cujos padrões discursivos discutimos acima. Somente uma pequena parcela<sup>75</sup> das manifestações organiza discursos em prol das demandas de homossexuais; além disso, as tomadas de posição deste grupo acontecem de forma reativa, como uma defesa a acusações previamente elaboradas, majoritariamente, por líderes religiosos. Desta forma, no material analisado, as mobilizações a favor das minorias sexuais apresentam-se discursivamente frágeis por não conseguirem elaborar uma defesa que se sustente, *a priori*, por seus próprios argumentos.

---

<sup>75</sup> Em termos mais exatos, 26,5%.

Abaixo, assinalamos alguns trechos para analisarmos a forma com que, dentro da mesma categoria de análise – *Direitos civis em questão* – a Constituição é evocada em defesa de demandas (especialmente o PLC 122) e em reação ao argumento de que os gays pretendem estabelecer privilégios em detrimento da sociedade.

### 23.

Danny Parlo diz:

E essa bíblia vale para quem? Pq o Brasil é um país **laico**, nenhum **juiz** pode condenar a homossexualidade embasado na **bíblia** (e não o **homossexualismo** como vocês gostam de dizer, estudem um pouco, não existe **heterossexualismo**, logo, tb não há homossexualismo).

### 24.

viniciusmoraes diz:

ARTHUR FRAGA, na **constituição** está vedada toda discriminação **genérica**. Devido à vagueza do texto constitucional, em **matéria** de **proteção** a minorias como os gays, esse artigo é **letra morta**. Portanto, como **observou** o **ministro** Cezar peluso, é necessário que sejam criados **mecanismos** legislativos que dêem **substância** a este princípio constitucional. E se tal lei fosse mesmo redundante como os homofóbicos insistem, por que tanto **temê-la**, se ela apenas "repete o que está na constituição"? **Reflita**.

Comentários sobre a notícia “Hackers invadem site da Parada Gay de São Paulo”

Site: O Globo Online

Data: 06 de junho de 2011

### 25.

Eliezer Queres diz:

PERFEITO O TEMA DOS GLBTs nestes tempos de intolerância e **interferência religiosa**. Abaixo a **ditadura evangélica**, a **mordaca** evangélica e a **evangezismo**! Eu exijo um Estado **Laico** no meu país! Exijo que o governo não ceda em questões pertinentes a **preceitos** religiosos! Exijo que os **Direitos e Garantias** individuais NÃO SEJAM OBJETO DE BARGANHAS POLÍTICAS!

Comentário sobre a notícia “15ª Parada Gay de SP é lançada com carta contra conservadorismo”

Site: Folha Online

Data: 06 de junho de 2011

## 26.

João Batista diz:

Falam tanto que os gays querem impor o seu modo de vida as pessoas. Quando **na verdade** o que querem é serem **respeitados** e ter os mesmo direitos que os heteros. **MAS FICA CLARO QUE SÃO OS "SKINHEADS DE JESUS"** que querem impor a força aos homossexuais que eles devem virar hetero na marra. **É ISSO O QUE OS EVANGÉLICOS CHAMAM DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO?**

Comentário sobre a notícia “Casais vão dançar valsa nos 15 anos da Parada Gay de São Paulo”

Site: O Globo Online

Data: 06 de junho de 2011

## 27.

Domingos de Santana Junior diz:

Moisés,

**Democracia não é ditadura da maioria!** Isso não é eleição, nem plebiscito! Estamos falando de **DIREITO CONSTITUCIONAL** e cabe ao **GOVERNO** ser o **guardião** dos direitos de seus **cidadãos!** Mesmo q estejamos falando de 1 unico indivíduo!

**Art. 3º** Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade **livre, justa e solidária**

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

*Comentário em resposta a:*

*Bem ja existem muitas manifestações a favor da lei como a de hoje no DF estaremos em breve convocando uma no RJ para mostrar a grande maioria que não esta a favor.*

*Assim os excelentíssimos políticos poderão escolher de quem preferem os votos porque isso nao passa na verdade de puro oportunismo político. Espero contar com presença de todos os que aqui postam suas opiniões contra essa lei.Aguardem!!*

Comentário sobre a notícia “Parada Gay: Cabral nega mal-estar com comandante da PM, e Paes diz que participação de militares é ‘opinião do governador’”

Site: O Globo Online

Data: 18 de maio de 2011

## 28.

Como bem explicou o ministro Celso de Mello, em voto primoroso, a liberdade deve ser garantida para expressar os mais diversos pensamentos. Mas nunca para ferir -o Pacto de San José da Costa Rica, que o país **subscreveu, exclui do âmbito protetivo da liberdade de expressão** todo estímulo ao ódio e ao preconceito.

[...]

Reverenciar o "**orgulho hetero**" também não é o mesmo que fazer uma parada gay - assim como prestigiar a consciência negra não se equipara em louvar o "orgulho branco", típico dos sites **neonazistas**.

A diferença que existe entre eles reside na situação de poder e de **vulnerabilidade**.

Os movimentos negros e gays se organizam pela igualdade e procuram combater a discriminação - o "poder branco", memória do arianismo, busca exatamente reavivá-la. Não quer igualdade, quer **supremacia**.

Texto "Cruzada religiosa combate direitos civis dos gays"

Site: Terra Magazine

Data: 29 de junho de 2011

Outros discursos constroem, cada um a seu modo, mas obedecendo a um padrão argumentativo mais amplo, a noção de que a Constituição resume os princípios pelos quais se deve lutar, para que os indivíduos possam desfrutar de cidadania plena ou para que a sociedade avance. Se, nas argumentações que se opunham aos direitos civis para segmentos LGBT, o foco havia sido na liberdade de expressão, aqui o sentido que se busca na Constituição é relacionado à garantia de direitos individuais, especialmente o de igualdade. As estratégias discursivas de defesa recorrem a uma espécie de dêixis fundadora que reconhece a Constituição como uma guardiã fundamental da igualdade, da liberdade e da justiça, como demonstrado no artigo 3 do exemplo 27.

Em primeiro lugar, é interessante observar que, enquanto o deputado Bolsonaro é evocado como um representante político em grande parte dos discursos contrários ao kit anti-homofobia e PLC 122, o mesmo não ocorre nas operações discursivas que defendem estes projetos: não são evocados nem plataformas nem líderes políticos em prol das minorias sexuais. Vale lembrar que os segmentos LGBT possuem representantes entre os políticos, como o deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), que atua em projetos de defesa da cidadania LGBT, a favor do PLC 122 e do casamento civil para lésbicas e gays, entre outros, e a senadora Marta Suplicy (PT-SP), que, além destes programas, também

defende os direitos de transexuais poderem alterar o nome e sexo em seus documentos oficiais de identificação.

De forma geral, a noção mais utilizada para fundamentar as manifestações é a de “democracia”. Sua força enquanto elaboração argumentativa é tão grande que em nenhum momento se torna necessário justificá-la – ela é naturalizada como “boa”, algo a ser alcançado, e a “ditadura” como “ruim”, algo a ser evitado.

Neste sentido, dois trechos são emblemáticos. No 25, o enunciador se reapropria de acusações previamente elaboradas a homossexuais (“ditadura/mordaça gay”) para devolver os ataques, acusando as denominações religiosas de estabelecerem uma ditadura e mordaça evangélicas. Mais uma vez, “ditadura” é colocada como algo ruim, indesejável, por ser o oposto de “democracia”.

Já no trecho 27, o enunciador elabora seu discurso interpelando o enunciador de um comentário prévio, que dizia estar organizando uma manifestação contra o PLC 122 de forma a “mostrar a grande maioria que não está a favor”. Afirma que “Democracia não é ditadura da maioria! Isso não é eleição, nem plebiscito! Estamos falando de DIREITO CONSTITUCIONAL”, evocações que implicitamente demonstram que: a) novamente, “democracia” é o conceito-chave de defesa – é ela que se deseja, não a “ditadura”; interessante observar que, embora o enunciado anterior não questione a legitimidade da democracia, ela é, ainda assim, espontaneamente evocada para desconstruir o argumento que “uma grande maioria não estar a favor” do PLC 122 significa que ele não seja válido; isto ocorre porque b) o princípio da democracia – que se deseja – não é fundamentado em uma quantificação dos indivíduos, uma vez que c) ao contrário de eleições e plebiscitos, equivalentes à “maioria”, o que norteia a democracia é o “direito constitucional”, que deve ser garantido mesmo quando se trata de um único indivíduo. Para explicitar a importância deste direito, é dado destaque em maiúsculas no corpo do texto. Portanto, se a democracia é o objetivo, a Constituição é o meio legítimo de alcançá-la.

Ao discorrer sobre as citações que estabelecem o termo “democracia” como significando “governo pelo povo”, Maingueneau (1989) destaca que estas estratégias não captam nenhum sentido externo, pré-existente, do que seja democracia, mas produzem seu sentido no momento em que são elaboradas. Democracia é, portanto, um operador discursivo, que se situa em um momento

definido da argumentação e entra numa rede de outras formulações discursivas reivindicadas ou rejeitadas. Isto ocorre porque o discurso estaria situado em dois eixos: um, horizontal, da linearidade do discurso; o outro se refere ao domínio da memória, entendido como “instância de construção de um discurso transversal que regula tanto o modo de doação dos objetos de que fala o discurso para um sujeito enunciador, como o modo de articulação destes objetos” (MAINGUENEAU, 1989, p. 115). É graças à incidência deste eixo de memória que surgem o que Maingueneau chama de nominalizações, como “democracia”, nas quais “uma formulação já assertada vem encaixar-se como pré-construído” (p. 115).

É neste sentido, portanto, que, nos exemplos que destacamos, os discursos que estabelecem a Constituição, a liberdade e a igualdade como contíguos e fundamentais à democracia não captam um significado externo ao enunciado do que seja liberdade, Constituição, igualdade e democracia, mas sim produzem o próprio sentido destes termos no momento em que são elaborados.<sup>76</sup>

Assim como não existe uma concepção pré-construída a respeito da democracia, da mesma forma nem toda Constituição é necessariamente democrática, pelo menos de acordo com o conceito moderno de democracia. Conforme ilustra Siqueira (2002), a Constituição Brasileira de 1937, por exemplo, estabelecia o “sufrágio indireto” para a eleição do/a presidente da República, deputados/as e senadores/as. Somente na Constituição de 1988 foi estabelecido direito de voto com valor igual para todos/as. Do mesmo modo que não há um consenso discursivo sobre os conceitos de “Constituição” e “democracia”, nem sempre eles estão irremediavelmente vinculados.

Além das evocações à democracia, também a defesa do caráter laico do Estado é realizada de forma recorrente nos discursos favoráveis ao estabelecimento de direitos civis das minorias sexuais, ato que demonstra como o

---

<sup>76</sup> Miguel (2002), por exemplo, lembra que há controvérsias mesmo em relação às concepções correntes de democracia, tanto no senso comum como na comunidade acadêmica. Por um lado, de acordo com a etimologia da palavra e com o imaginário herdado dos gregos, democracia seria o “governo pelo povo”; por outro, seria a escolha de governantes por meio de eleições. Estas duas noções são incompatíveis: mesmo na Antiguidade, o processo de eleição já era visto como oposto à democracia por prejudicar o estabelecimento de um sistema de igualdade entre os cidadãos (os governantes deveriam ser escolhidos através de sorteio). No entanto, mesmo quando pensamos na democracia grega dos séculos V e IV a.C, temos que lembrar que, embora as principais decisões políticas fossem tomadas por uma Assembleia Popular soberana, na qual o conjunto de cidadãos governava, a maior parte da população estava automaticamente excluída do conceito de cidadania, como mulheres e escravos.

questionamento da influência de doutrinas religiosas parece ser central a estas operações. Este apelo a uma espécie de “fundamento laico do Estado” é observável em comentários como “nenhum juiz pode condenar a homossexualidade embasado na bíblia” (23) e “nesses tempos de intolerância e interferência religiosa” (25).

Em relação a este aspecto é importante discorrer sobre o que significa ser um Estado Laico. Na visão de Ventura (2006), isto ocorre quando o Estado,

(...) ao não tomar partido por uma religião e afastando-se por igual de todas elas – pode, eventualmente, arbitrar de modo imparcial, e na forma da lei, conflitos entre grupos religiosos particulares, evitando que estes conflitos se transformem em guerras religiosas fratricidas (VENTURA, 2006, p. 5).

A autora considera o Estado Brasileiro laico, uma vez que o Artigo XIX do inciso I da Constituição veda à União e aos Estados estabelecerem cultos religiosos, subvencioná-los, embaraçá-los o funcionamento ou manter com eles representantes, relações de dependência ou aliança. No entanto, conforme vai demonstrando em seu texto, há variados pontos de separação e contato entre a Constituição Brasileira e a religiosidade – por exemplo, no próprio inciso I se lê: “Poderão os entes federativos na forma da lei aliar-se para colaboração de interesse público”.<sup>77</sup> Destacamos também o próprio preâmbulo da Constituição, que afirma:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, **promulgamos, sob a proteção de Deus,** a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (Grifo em negrito nosso). Fonte: Constituição Federal.

<sup>77</sup> Todos os trechos da Constituição Federal utilizados neste trabalho foram retirados do site oficial do Planalto.

As operações discursivas que defendem a laicidade do Estado parecem orbitar de forma mais frequente em torno do princípio constitucional que veda relações de “dependência ou aliança” de cultos religiosos com o Estado. A conjuntura histórica brasileira justifica esta tomada de posição entre aqueles/as que são favoráveis aos direitos LGBT, uma vez que a chamada “bancada evangélica” do Congresso tem se oposto constantemente à obtenção de garantias individuais, como o PLC 122.

Conforme Azevedo e Coura assinalam, ainda que a homossexualidade não seja considerada ilegal no país, sua situação, mesmo nos discursos de aplicação normativa, “apresenta-se ainda em situação de marginalidade constitucional e/ou indefinição legal” (AZEVEDO e COURA, 2010, p. 200). De fato, a Constituição brasileira sustenta que todas as pessoas são iguais sem distinções de *qualquer* natureza, mas em muitos trechos o texto ainda é bastante universalista e vago, permitindo interpretações opostas por parte de juristas.<sup>78</sup>

Esta percepção de que as demandas do grupo LGBT não se apresentam como privilégios, uma vez que estas minorias estão desprotegidas do próprio ponto de vista constitucional, enquadra-se na chamada “política da diferença” apontada por Taylor (2005), que, como vimos, sustenta que o reconhecimento das identidades subjugadas deve passar, muitas vezes, por uma afirmação daquilo que distingue o sujeito do restante da população, ou seja, de sua singularidade. Podemos observar a valorização desta política em comentários como “Devido à vagueza do texto constitucional, em matéria de proteção a minorias como os gays, esse artigo é letra morta” (24), “Falam tanto que os gays querem impor o seu modo de vida às pessoas. Quando na verdade o que querem é serem respeitados e ter os mesmos direitos que os heteros” (26) e “A diferença que existe entre eles<sup>79</sup> reside na situação de poder e de vulnerabilidade” (28). Estas operações

<sup>78</sup> A própria união homoafetiva enfrentou obstáculos até ser aprovada, uma vez que a Constituição afirma que, “é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”. No entanto, durante a votação de um projeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade, os ministros do Supremo Tribunal Federal reconheceram a união estável para casais do mesmo sexo. De acordo com a página oficial do STF, o ministro Ayres Britto argumentou: “o artigo 3º, inciso IV, da Constituição Federal veda qualquer discriminação em virtude de sexo, raça, cor e que, nesse sentido, ninguém pode ser diminuído ou discriminado em função de sua preferência sexual. ‘O sexo das pessoas, salvo disposição contrária, não se presta para desigualação jurídica’, observou o ministro, para concluir que qualquer depreciação da união estável homoafetiva colide, portanto, com o inciso IV do artigo 3º da CF”.

<sup>79</sup> Por *eles*, o enunciador refere-se a negros e homossexuais em oposição a brancos e heterossexuais.

discursivas destacam que homossexuais somente querem igualdade de direitos, não regalias; além disso, as políticas afirmativas para minorias se justificam pelo fato de estes grupos se encontrarem em situação de vulnerabilidade. É o caso de homossexuais, mas também de negros/as, comparação realizada no trecho 28, que também defende que, quando brancos/as (e/ou heterossexuais) se reúnem para celebrar um suposto orgulho heterossexual, ou branco, tem-se a defesa da supremacia, não da igualdade, uma vez que brancos/as e heterossexuais já se encontram em posição hegemônica na sociedade.

\*\*\*

Como vimos, as manifestações contrárias ao estabelecimento de direitos civis específicos para minorias sexuais são predominantes nos discursos – não somente são mais recorrentes como dominam os conteúdos por aparecerem primeiro na sequência dos comentários. Este é o grupo que reage aos eventos, ditando o tom da discussão. Os argumentos favoráveis, por sua vez, somente reagem a acusações previamente elaboradas.

Em conjunto, os dois tipos de argumentação configuram aquilo que Maingueneau denominou de “relação polêmica”, na qual “cada uma das formações discursivas do espaço discursivo só pode traduzir como ‘negativas’, inaceitáveis, as unidades de sentido construídas por seu Outro, pois é através desta rejeição que cada uma define sua identidade” (MAINGUENEAU, 1989, p. 122). No caso dos comentários por nós destacados, as unidades de sentido que consideram como privilégios leis específicas para minorias sexuais se opõem, de maneira quase diametralmente oposta, àquelas que concebem estas mesmas leis como reparações de injustiças e desigualdades. Da mesma forma, se em um grupo a liberdade de expressão parece prevalecer na argumentação, no outro é a igualdade constitucional que fundamenta o debate, e em muitos momentos os dois princípios, contemplados na Constituição, entram em conflito.

No entanto, comprovando a teoria de Maingueneau (1989), nas relações polêmicas estabelecidas na discussão sobre direitos civis, as continuidades entre os discursos levam ampla vantagem sobre as descontinuidades. Afinal, lembra o autor, para poder argumentar contra um/a adversário/a, é necessário que os/as oponentes compartilhem um mesmo campo discursivo; ou seja, deve haver um

entendimento prévio entre eles/as, “um contrato e, com ele, a ideia de que existe um código transcendente, reconhecido pelos membros do campo [...], o que permite decidir entre o justo e o injusto” (MAINGUENEAU, 1989, p. 125). Por mais divergentes que sejam as apropriações da Constituição, ela jamais é questionada enquanto espaço detentor de legitimidade para estabelecer regras, sanções, em suma, para normatizar as condutas sociais. Da mesma forma, também a democracia é constantemente ressignificada para dar substância às argumentações, mas nunca combatida. Segundo estes discursos, se os gays estão exagerando, buscando superioridade diante dos/as outros/as cidadãos/ãs, então estão errados porque esta seria uma postura anti-democrática, ditatorial. Ao mesmo tempo, quando projetos de proteção específicos para estes grupos são defendidos como uma reparação necessária, a base do argumento é a busca de um *status* de igualdade entre os cidadãos, embasado em um *ethos* democrático.

### 5.2.3.

#### **O juízo moral sobre a prática homossexual: “certo” x “errado”**

No debate acerca dos direitos civis, o foco não é a prática homossexual, mas sim a relação desta com a legalidade e legitimidade de determinados dispositivos jurídicos. Em grande parte do material organizado, ao contrário, o evento da *Parada Gay* suscitou discursos cuja operação mais ocorrente é a elaboração de juízos morais acerca de práticas não heteronormativas. Os argumentos que servem de base para estas formulações são provenientes, essencialmente, de dois campos: o religioso e o biológico. Abaixo, discutimos mais detalhadamente estas duas categorias de análise.

### 5.2.3.1.

#### O debate religioso

De todos os registros do *corpus*, três sites se destacam em relação à quantidade de vezes em que foram replicados por outros/as enunciadores/as, assim como por terem apresentado maior deliberação do ponto de vista quantitativo. A primeira refere-se a uma coluna de opinião, publicada por Gilberto Dimenstein na versão on-line da *Folha de São Paulo*, que compara a *Parada Gay* de São Paulo com a *Marcha para Jesus* e conclui que a primeira é mais porosa à diversidade; como diversidade e civilidade estão ligadas, de acordo com esta lógica, São Paulo seria “mais gay que evangélica”. A segunda é uma réplica elaborada pelo jornalista Reinaldo Azevedo, que mantém um blog no portal da revista *Veja*, às opiniões de Dimenstein. A terceira, também de Azevedo, critica a utilização de imagens de santos por organizadores/as da *Parada Gay* de São Paulo. Esta página apresentou 835 comentários, distribuídos em nove dias, de 27 de junho, data que em que o texto foi publicado, até o dia 11 de julho, quando os comentários cessaram. Em todos os dias foram postados comentários e as primeiras 24 horas registraram o pico de manifestações, 320 comentários. Já a réplica às opiniões de Dimenstein registrou 705 comentários ao todo, com um pico de 190 comentários durante o primeiro dia.

O recordista do corpus, no entanto, é a coluna assinada por Dimenstein, na qual foram registrados 2.732 comentários, a maioria deles publicados no intervalo de uma semana após a divulgação da coluna.

Estes números, tal como o destaque recebido por estes sites, não são por acaso: em todas as temáticas que observamos, o discurso religioso permeia grande parte das argumentações, tanto as favoráveis como as contrárias à homossexualidade. O campo religioso foi inserido em uma categoria autônoma em nosso trabalho por questões metodológicas, para que pudéssemos mapear as operações discursivas mais recorrentes em cada categoria; no entanto, vale lembrar que ele está em interação constante com outros campos, como o jurídico e o científico, além de fornecer bases para a construção de um discurso de fundo moral.

De acordo com pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas<sup>80</sup>, embora a porcentagem de brasileiros/as que se declaram “sem religião” seja a que mais tenha crescido em seis anos, representando um aumento de 1.59%, 89% da população acredita que religião seja importante.

Como lembra Setton (2008), a religião é matriz de cultura, campo fundamental na construção das identidades dos sujeitos, que com seus símbolos e linguagens próprias constituem também agências de socialização. Como os/as brasileiros/as sofrem grande influência da religião na forma com que interpretam e significam o mundo à sua volta, consideramos necessário traçar um breve panorama das origens da categorização da homossexualidade enquanto pecado. Esta contextualização nos ajudará também a compreender os discursos que iremos analisar adiante.

No que tange à relação das religiões ocidentais com a homossexualidade, Davi (2005) situa a gênese dos pressupostos morais contrários na própria tradição judaico-cristã. A noção de “multiplicação da espécie” era cara ao povo hebreu, que considerava o sexo não reprodutivo como algo pecaminoso neste sentido. O mandamento “Crescei e multiplicai-vos”, presente no livro Gênesis (cap. 1, v. 28), representa de forma emblemática esta visão. Por este motivo, as relações homossexuais eram punidas, assim como qualquer inversão de gênero.

O ponto de vista judaico em relação ao pecado da homossexualidade está representado no Antigo Testamento; já nos livros da primeira parte do Evangelho a Bíblia condena a suposta permissividade praticada nos templos gregos, “onde a liberdade sexual consistia no auge do cerimonial” (DAVI, 2005, p. 128). Paulo e os outros apóstolos de Jesus Cristo também condenavam a homossexualidade, mas agora a questão era vista menos como objeto de castigo do que de compreensão, de caráter pedagógico e prescritivo (“Vá e não pequeis mais” – João 8:10-11).

Nos séculos IX e X, tempo de reis e rainhas cristãos/ãs, os castigos e penitências tornaram-se recorrentes; nos séculos XIII e XIV, as preocupações em relação à homossexualidade ganharam contornos políticos, porque a liberdade sexual aumentava o número de doenças venéreas e reduzia as taxas de natalidade. Por este motivo, “homossexuais tornaram-se bodes expiatórios para explicar a

---

<sup>80</sup> Pesquisa “Novo mapa das religiões”, agosto de 2011.

peste negra e o declínio populacional, e eram claramente vistos/as como um ultraje para o código da respeitabilidade dos/as cidadãos/ãs” (DAVI, 2005, p. 129).

As punições quanto ao que na época se chamava “sodomia” não diminuíram ao longo do tempo, seguindo pela Idade Média e aumentando no século XVI, durante a Inquisição. O desejo sexual não era visto como algo natural, com o qual o ser humano nascia, mas como um hábito ou ação de Satanás na mente humana, como afirmavam os/as católicos/as.

A visão moral e religiosa da homossexualidade como contrária à natureza se uniu, no século XIX, ao campo científico, que passou a considerá-la também uma patologia. Os dogmas religiosos, já incrustados nas subjetividades, passaram a atender de forma eficaz aos objetivos de instituições políticas e econômicas, que precisavam aumentar a população para obter mão-de-obra suficiente para a produção industrial e também para alimentar as fileiras dos Exércitos. A ciência tornou-se mais uma vigilante da sexualidade, cabendo a ela estudar e buscar formas de conter alcoólatras, libertinos/as, criminosos/as e homossexuais, de forma a fixar uma norma a ser seguida.<sup>81</sup>

A Organização Mundial de Saúde deixou de considerar a homossexualidade como doença em 1985 e como distúrbio psicossocial em 1995; por muito tempo prevaleceu a denominação “homossexualismo” para a prática, com o sufixo “ismo” designando o suposto caráter patológico. No entanto, apesar destas mudanças, a noção de pecado associada à homossexualidade perdura em determinadas interpretações da Bíblia, especialmente aquelas realizadas por denominações neopentecostais. Davi (2005) lembra que o conservadorismo religioso é ainda o principal empecilho na aprovação de projetos de leis favoráveis a homossexuais, uma vez que líderes religiosos, que muitas vezes são também políticos, possuem uma forte base eleitoral.

Assim como no tópico sobre a temática dos direitos civis do grupo LGBT vimos que a Constituição é frequentemente utilizada em “citações de autoridade”, enunciações que “constituem a própria Palavra, captada em sua fonte” (MAINGUENEAU, 1989, p. 100-101), também é este o caso da Bíblia na condenação do suposto pecado da homossexualidade. É o livro sagrado, e tão

---

<sup>81</sup> Deixaremos para abordar detalhes a respeito da relação da ciência com a homossexualidade na temática específica a respeito do discurso biológico.

somente ele, que deslegitima a prática homossexual; no entanto, seus capítulos e versículos são semantizados de formas diversas – nem todos são convenientes para a argumentação, por exemplo. Abaixo, destacamos os discursos mais recorrentes para então analisarmos como constroem os sentidos associados ao pecado.

### 29.

Sil diz:

vcs acham que os deputados e todos que fazem parte do parlamentarismo iriam dar tanta atenção para os homossexuais, com essas leis os favorecendo? é que realmente **satanás** está trabalhando, ele sabe que quando não se obedece as leis vem as consequencias e sendo assim, os servos de **DEUS** que temem o seu nome sabe muito bem que DEUS detesta, odeia o pecado, quando DEUS enviou dois anjos na cidade de **Sodoma e Gomorra** foi para destruir porque?? porque foi que DEUS fez isso?? foi por causa do pecado, os homens daquela cidade eram homossexuais, e queriam que Ló os colocassem para fora para eles poderem ter contato com eles, **isto é real** está escrito no livro **de Gênesis cap 19** podem ler o capítulo inteiro que está bem claro

Comentário sobre a notícia “Lanna Holder vai pregar na Parada Gay, São Paulo”

Site: Baú Gospel

Data: 17 de junho de 2011

### 30.

F@BIO diz:

Gostaria de saber o que elas dizem a respeito do que **DEUS** diz nesta parte da bíblia: Romanos 1.24: “Por isso também Deus os entregou às concupiscências de seus corações, à imundícia, para desonrarem seus corpos entre si”. E também deste. **Romanos 1.26-32**: Por isso Deus os abandonou às paixões infames ...

Comentário sobre a notícia “Lanna Holder e sua companheira farão evangelismo na Parada Gay em SP”

Site: Gospel Prime

Data: 16 de junho de 2011

### 31.

Jefferson Nunes diz:

Boa tarde. Nenhum evangélico sofre qualquer lavagem cerebral e também não somos intolerantes, muito pelo contrário. **Não acreditamos** na palavra dos **homens** e sim na de Deus, que orienta a **amar o pecador mas não o pecado**. Quem ama

fala a verdade e não o que se quer ouvir, e a verdade é o que Deus diz e que foi muito bem citado pelo pastor Emílio: "com homem não te deitarás como se fosse mulher; é abominação" (**Levítico 18.22; 20.13**). Essa é a verdade, por pior que seja para os homossexuais.

Comentário sobre a coluna "São Paulo é mais gay ou evangélica?"

Site: Folha Online

Data: 24 de junho de 2011

### 32.

Flalemão diz:

Deus não criou **Adão e Ivo** ou não criou **Adama e Eva...**

Comentário sobre a notícia "Sou uma travesti que já nasceu operada", diz Preta Gil na abertura da Parada Gay em SP"

Site: O Globo online

Data: 26 de junho de 2011

De acordo com Pereira (2004), existem 12 passagens bíblicas que líderes religiosos utilizam para condenar a homossexualidade. Em nosso *corpus*, quatro foram os trechos mais recorrentes: Gênesis 19:1-9, Romanos 1:26-28, Levítico 18:22 e Levítico 20:13.

Em primeiro lugar, observa-se uma contradição: apesar de a maioria dos discursos pertencer a denominações evangélicas, eles recorrem, na maior parte das vezes, a somente uma passagem (Romanos) proveniente do Novo Testamento, onde encontram-se os livros do Evangelho. As outras três passagens evocadas nos enunciados que definem a homossexualidade como pecado, provenientes de Gênesis e Levítico, são do Antigo Testamento. O Antigo Testamento é a primeira parte da Bíblia e equivale às Escrituras Hebraicas, enquanto o Novo Testamento refere-se ao conteúdo escrito após a morte de Jesus Cristo e equivale, portanto, à parte cristã da Bíblia. Embora o foco das religiões cristãs seja o Novo Testamento, as acusações à homossexualidade, em nosso material de análise, recorrem especialmente às passagens do Antigo Testamento, livro no qual, segundo mapeamento feito por Pereira (2004), encontra-se a maior parte das condenações diretas da homossexualidade enquanto pecado.

A recorrência à noção de natureza como algo a ser preservado é característica das estratégias discursivas fundamentadas na Bíblia. Como já destacamos, no conceito de *dêixis* fundadora elaborado por Maingueneau (1989), as elaborações discursivas fazem alusão a uma espécie de tempo mítico, perfeito, puro e ideal; estas construções não somente recorrem a uma memória discursiva: *são* a memória discursiva em estado puro, utilizada para proibir a conduta homossexual, exemplificada em passagens que remetem à ira divina que pune os pecados humanos (Sodoma e Gomorra), assim como à própria criação da humanidade (Adão e Eva). As expressões “Adão e Ivo” e “Adama e Eva” (exemplo 32), que fazem referência ao fato de Deus ter criado um homem e uma mulher (e não dois homens, ou duas mulheres) na gênese da humanidade, tornaram-se jargões na condenação da homossexualidade.

Segundo Helmiak (1998), a palavra “conhecer”, em alguns trechos da Bíblia, remete a “manter relações sexuais com”. Este é o significado da palavra quando o anjo diz a Maria que ela será a mãe de Jesus. Maria pergunta: “como se fará isso pois não conheço homem?” (Lucas 1:34). No caso de Sodoma e Gomorra, portanto, na interpretação de alguns grupos religiosos, “traze-os fora a nós para que os conheçamos” (Gênesis 19:5) significaria que os homens da cidade queriam abusar sexualmente dos visitantes. Neste sentido, quando Deus ordenou a destruição das cidades, isto se deu como um castigo à prática da homossexualidade.

Já em muitos dos discursos contrários que evocam a natureza aparece um paradoxo: por um lado, os enunciadores afirmam que a homossexualidade pode ser reprimida porque ninguém “nasce homossexual” (afirmar esta essencialização seria admitir que Deus pôs, de antemão, o pecado na alma humana). Muitas denominações evangélicas afirmam, inclusive, que a cura é possível, por meio de uma “conversão”, que tornaria o sujeito heterossexual. Nesta estratégia argumentativa, portanto, a natureza em estado bruto é defendida, porque significa um ser não corrompido. Por outro lado, esta natureza original é também combatida, algo a ser reprimido, porque os instintos sexuais, mesmo os heterossexuais, as “concupiscências dos corações” (Romanos 1:24), são fortemente combatidos na tradição judaico-cristã. A “natureza” neste sentido, sofre operações discursivas que a recortam e modelam: não são todos seus aspectos que interessam. Quando o propósito é a reprodução da espécie, ela é

evocada (embora sempre de acordo com determinadas regras morais). Quando se tratam de práticas sexuais que não se enquadram no que os dogmas prescrevem, inclusive as realizadas entre indivíduos do mesmo sexo, então o instinto sofre interdições.

Outro fato a ser observado nestas formulações discursivas é o apagamento dos enunciadores: as operações discursivas praticamente falam *pela* Bíblia. A utilização de aspas, como vimos, estabelece distanciamento entre quem diz e o que é dito. No caso dos argumentos contrários à homossexualidade do ponto de vista religioso, as citações bíblicas parecem eximir os enunciadores de quaisquer responsabilidades, quaisquer opiniões pessoais sobre o caso. Não seria o enunciador o responsável por aquelas afirmações, não seria o pastor, não seria a Igreja: seria a Bíblia. Também aqui é relevante destacar que, ao mesmo tempo em que os fiéis revelam enorme proximidade com o texto bíblico, que fundamenta suas opiniões e visões de mundo, parece faltar uma real comunhão discursiva entre eles, uma vez que a subjetividade dos debatedores é escamoteada pela autoridade da palavra sagrada.

Outra recorrência argumentativa diz respeito à noção de que os fiéis, tal como Jesus, “amam o pecador, mas não o pecado” (31). Ao utilizarem o conectivo “mas”, os enunciadores traçam uma oposição entre o pecado e aquele que o comete, formulando assim uma noção de homossexualidade que é externa ao indivíduo, que não lhe pertence – passível, de acordo com esse ponto de vista, de ser alterada.

Esta reflexão teológica do amor ao pecador, e não ao pecado, baseada em atitudes de Cristo ao longo do Novo Testamento<sup>82</sup>, demonstra como, ao longo de suas operações discursivas, os sujeitos constroem um verdadeiro mosaico de representações do que seria uma atitude “certa” diante da sexualidade, representações estas que entram muitas vezes em conflito – o mesmo Deus que queimou Sodoma e Gomorra é aquele que ama o pecador, por exemplo.

Assim como no debate sobre direitos civis e sobre a pertinência do evento, os discursos religiosos contrários à homossexualidade são o padrão apresentado no *corpus*: além de totalizarem a maior parte dos registros, tendem a iniciar a

---

<sup>82</sup> Por exemplo, a Parábola do Fariseu e do Publicano, na qual, rezando no templo, o Fariseu se achava justo e o Publicano, pecador; Jesus termina a parábola dizendo que o pecador foi para sua casa justificado (Lucas 18:9-4).

deliberação. Destacamos, a título de ilustração, os três primeiros comentários postados sobre a notícia “Pastoras lésbicas querem fazer ‘evangelização na Parada Gay de SP’”:

**i)**

Gil (16/06/2011 às 12h40):

Estas coitadas irão pagar muito caro quando Deus pedir contas, fazer o inverso que Deus pede para não fazer e pecado e o salário do pecado e a morte..... Ajoelhe e peça a Deus sabedoria e com certeza vocês irão procurar outro caminho.

**ii)**

Leitor (16/06/2011 às 12h41):

1º corintios 6:9 Pastoras ali mesmo diz, a lei é de Deus, misturar religião com pecado, homossexualismo é pecado grave, a pratica em si, a pessoa tem que ser respeitada mas a pratica é abominavel, eu respeito o viciado em Droga, mas Odeio as Drogas, eu nao aceito homossexualismo de nenhuma natureza

**iii)**

16/06/2011 12h41

Marcelo Carvalho (16/06/2011 às 12h41)

Elas não são pastoras coisa nenhuma, pois o pastor verdadeiro que JESUS CRISTO diz em sua palavra que ele abomina a promiscuidade. E essas pastoras falsas estão apoiando isso. Abra os seus olhos amigos leitores com essa falsidade! um abraço!

Site: G1, 16/06/2011 às 12h22

Entre os restantes, que apresentam tentativas de defender os segmentos LGBT e/ou questionar os dogmas religiosos, destacamos os argumentos principais e como tomam corpo nas operações discursivas destacadas.

**33.**

VANGUARD diz:

Os maiores **moralistas**, são o que tem mais coisas para esconder. Eles querem infernizar a vida dos outros. A alegria e a liberdade incomodam as pessoas que tem

medo. Eles acham que Deus está observando a Parada Gay, mas Deus está observando mesmo é o que andam fazendo os **exploradores** da **ignorância** alheia, **prometendo lugares no Paraíso**. Cuidado. Não há vida após a morte, portanto vamos aproveitar bem essa que termina logo. Aproveitem enquanto podem, e não caiam no "**conto**" evangélico.

Comentário sobre a notícia "Hackers invadem site da Parada Gay de São Paulo"

Site: O Globo online

Data: 06 de junho de 2011

#### 34.

Eva diz:

É bom então que façamos tbm. uma cruzada contra todos os religiosos que usam o nome de Jesus **em vão** -para **tirar dinheiro dos fieis** e usarem para viver no luxo e na luxuria, já que temos que combater o mal.

Fala-se muito em Jesus mas poucos seguem seu exemplo de **amor ao próximo**, **deturpam** tudo que Ele falou e depois pousam de bons moços. Que Deus em sua misericórdia tenha pena de todos nós.

#### 35.

É diz:

A **mesma bíblia** que diz que homossexualidade é pecado, diz que você pode vender sua filha como escrava, que você pode ter escravos, que pode **queimar seus vizinhos** em determinadas circunstâncias, enfim, é um livro repleto de **absurdos**, de maldades que muitos insistem em dizer que é algo bom e de um deus bom. Se querem seguir estes absurdos, sigam, mas **DEIXEM OS OUTROS EM PAZ!**

Comentários sobre a notícia "Cruzada religiosa combate direitos civis dos gays"

Site: Terra Magazine

Data: 29 de junho de 2011

#### 36.

[...] O tema escolhido criou polêmica. A frase "**Amai-vos uns aos outros: basta de homofobia**", que faz referência a um mandamento bíblico, foi alvo de críticas. Em carta, a Associação da Parada do Orgulho LGBT (APOGLBT) de São Paulo, responsável por organizar o evento, se justificou: "**Respeitosamente**, nos apropriamos da frase "Amai-vos uns aos outros" para pedir fim à **guerra** travada entre **religião e direitos humanos**, financiada pelas brasileiras e brasileiros que dão voz aos **fundamentalistas** e **extremistas** que ocupam as cadeiras do Parlamento e espaço nas mídias."

Notícia "Parada Gay de SP espera reunir 3 milhões a partir do meio-dia"

Site: Diário do Grande ABC (Agência Estado)

Data: 26 de junho de 2011

Como se pode observar, as principais estratégias discursivas nos argumentos que defendem a homossexualidade são confrontar a credibilidade das instituições religiosas, questionar as interpretações da Bíblia e recorrer ao princípio de amor ao próximo para condenar o preconceito.

A suposta corrupção de algumas Igrejas, assim como o estabelecimento do pagamento do dízimo de fiéis, são bastante mencionados nos argumentos que discordam da condenação da homossexualidade fundamentada na religião. Estas construções discursivas não tratam do mérito do conteúdo bíblico, mas sim de quem está ou não legitimado a pregá-lo.

Quanto ao conteúdo bíblico, as críticas às interpretações literais são recorrentes: sobre isso se citam principalmente os livros de Levítico, mas também uma suposta deturpação do sentido original de Sodoma e Gomorra. Para os que questionam a noção de que as cidades foram destruídas como uma punição divina à homossexualidade, como é o caso de algumas minorias sexuais cristãs, o pecado residiria na falta de hospitalidade da população local em relação aos anjos acolhidos por Ló em sua casa, e não no suposto abuso sexual cometido pelos homens da cidade contra os visitantes. De acordo com a tradição hebraica, todo estrangeiro deveria ser tratado da melhor forma possível, e os habitantes de Sodoma violaram esta norma: "E antes que se deitassem, cercaram a casa, os homens daquela cidade, os homens de Sodoma, desde o moço até ao velho; todo o povo de todos os bairros" (Gênesis 19:4). Outra interpretação admite que "conhecer" tenha um significado sexual na frase "traze-os fora a nós para que os conheçamos" (Gênesis 19:5), mas o pecado estaria no estupro entre homens, e não simplesmente no sexo entre eles.

Os discursos de defesa apresentam-se, essencialmente, como reações a ataques prévios fundamentados na Bíblia; o último exemplo é a utilização do mandamento "amai-vos uns aos outros" (34; 36) para condenar os preconceitos contra homossexuais; não por coincidência, o versículo foi utilizado pela organização oficial da *Parada Gay* de São Paulo, que torna explícita, em carta aberta, a intenção de "pedir fim à guerra travada entre religião e direitos humanos".<sup>83</sup> A apropriação, na conjuntura histórica específica de 2011, revelou-se

---

<sup>83</sup> "Carta aberta da APOGLBT para a população brasileira, contra o conservadorismo e o fundamentalismo". Site da Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo (APOGLBT), organizadora do evento.

basicamente política, transcendendo o mero objetivo de abordar os ensinamentos bíblicos.

### 5.2.3.2.

#### O debate biológico

Embora, no escopo dos juízos sobre a prática não heteronormativa, o debate religioso tenha sido o mais recorrente – uma vez que, na maior parte das enunciações, a noção de pecado é bastante utilizada nas estratégias discursivas para deslegitimar a homossexualidade – as construções discursivas que se valem de um suposto saber científico para tratar da questão homossexual também revelaram substancialidade suficiente para se transformarem em categoria de análise. No caso do nosso material, os argumentos provêm, essencialmente, da biologia, seja para considerar a homossexualidade como algo “normal”, seja para, de certa forma, patologizar a prática. A seguir destacamos e discutimos algumas operações discursivas emblemáticas no sentido de deslegitimar os comportamentos sexuais minoritários, para então passarmos àquelas que se valem da ciência para justificá-los.

#### 37.

Crítico diz:

... SE ELES SÃO 30%, NÓS HETEROS SOMOS 70% !!!  
 NÓS HETEROS COM CERTEZA SOMOS A MAIORIA.  
 MERECEMOS MUITO MAIS RESPEITO, POIS VCS SAÍRAM DE **CORPOS HETEROSSEXUAIS**.  
 SE SEUS PAIS FOSSEM HOMOSEXUAIS, **COMO VCS ESTARIAM AQUI???**

Comentário sobre notícia “Deputado Jair Bolsonaro é lembrado na Parada Gay”

Site: G1

Data: 26 de junho de 2011

**38.**

pra frente Brasil diz:

O **governo** deveria oferecer tratamento **psicológico** gratuito a essas pessoas, afinal elas não são **normais**.

Comentário sobre galeria de fotos “No dia da Parada Gay, Terra relembra atletas homossexuais”

Site: Terra

Data: 26 de junho de 2011

**39.**

[MIT] diz:

O que tem que deixar bem claro é que **homem** é homem, **mulher** é mulher. A **opção sexual** é que muda. Por que não adianta querer mudar a ordem dos fatores, quem é do sexo masculino ou feminino já está **prescrito biologicamente** no **DNA** e na constituição **física**.

Comentário sobre notícia “Prefeitura de SP pede discricção nas roupas dos manifestantes na hora de usar o metrô para ir à Parada Gay”

Site: Blogay (Folha)

Data: 23 de junho de 2011

**40.**

Navarro disse concordar com a avaliação de lideranças evangélicas, como o pastor pentecostal Silas Malafaia, que vê na homossexualidade **sintoma** de atuação do satanás. “Eu acho que é [coisa do diabo]. Eu vejo como uma escolha, mas se você ler a palavra de Deus ele não aceita a homossexualidade”, disse.

O batista também é contra a união entre pessoas do mesmo sexo. “Não sou a favor. Você tem **útero, vagina**? Deus te fez homem. Você deve se aceitar assim”, acrescentou, apontando para uma colega do grupo que diz ter abandonado o lesbianismo após o contato com a igreja.

Texto “Evangélicos vão a Parada Gay para pregar para os homossexuais”

Site: HGospel.com

Data: 29 de junho de 2011

**41.**

ricardo moura Lopes coelho diz:

quase nenhum **animal** pratica a homossexualidade e a maioria dos que praticam é para evitar que outro **macho fecunde** as **fêmeas**.

Comentário sobre a coluna de opinião “São Paulo é mais gay ou mais evangélica?”  
Site: Folha Online  
Data: 24 de junho de 2011

Os trechos acima destacados apresentam uma fusão bastante recorrente de argumentos oriundos do campo biológico com dogmas religiosos para construir uma concepção de que a homossexualidade é “anormal”. É neste sentido que são amplamente utilizados termos como “psicológico”, “normais” (38); “corpos” (37); “DNA”, “físico” (39); “sintoma”, “útero”, “vagina” (40); “fecunde” (41). Como vimos no tópico acerca do debate religioso, a noção de prática homossexual como pecado e imoralidade articulou-se com a de patologia principalmente no século XIX, no qual as intensas atividades bélicas e industriais requeriam um incremento nas taxas de natalidade, e conseqüentemente, da manutenção da norma heterossexual. Era conveniente, neste sentido, considerar o sexo entre dois homens e entre duas mulheres uma doença, um desvio.

Foucault lembra que, já na passagem do século XVIII para o XIX, instaurou-se aquilo que chama de “tecnologia do sexo”, uma relativa autonomização do sexo em relação ao corpo. O sexo passou a ser objeto de uma medicina específica, separada da medicina geral do organismo, e surgiram as categorias de “perversões” em substituição às categorias morais de “devassidão”. A partir daquele momento, a sexualidade passou a ser dotada de uma “responsabilidade biológica” (FOUCAULT, 1999, p. 112) diante da espécie; as “doenças” do sexo passaram a ser consideradas nocivas não somente para a atividade sexual em si, mas para todas as gerações futuras, caso não fossem controladas. As novas tecnologias do sexo, neste contexto, tinham como função o controle da sexualidade, fosse por meio da psiquiatria, da medicina legal ou da vigilância de crianças.

De acordo com o autor, a homossexualidade, neste sentido, inseria-se numa tríade perversão-hereditariedade-degenerescência, na qual:

uma hereditariedade carregada de doenças diversas – orgânicas, funcionais ou psíquicas, pouco importa – produzia, no final das contas, um perverso sexual (faça-se uma busca na genealogia de um exibicionista ou de um homossexual e se encontrará um ancestral hemiplégico, um genitor tísico ou um tio com demência senil): mas explicava, também, de que modo uma perversão sexual induzia um

esgotamento da descendência – raquitismo dos filhos, esterilidade das gerações futuras” (FOUCAULT, 1999, p. 112).

A homossexualidade é, desta forma, inserida em um conjunto de anormalidades, cujas argumentações ainda hoje se fundamentam nesse “esgotamento da descendência” de que fala Foucault – é o que se observa no exemplo 37, na qual a homossexualidade é menosprezada – “Crítico” afirma a seus interlocutores que, caso seus pais fossem homossexuais, eles não existiriam.

Da mesma forma, nos comentários se pode observar uma redução das práticas sexuais a características físicas. No trecho 40, o pastor Navarro afirma ser contra a união homoafetiva porque, de acordo com ele, como um homem não tem útero e vagina, deve-se aceitar como homem. A identidade de gênero, neste discurso, confunde-se com as características físicas e a identidade sexual: não ter útero nem vagina determinaria que estamos tratando de um sujeito do sexo masculino, e essa constituição física condicionaria a identidade sexual: praticar sexo com mulheres e não com outros homens. É também o que, em outras palavras, se opera no discurso 39: o sexo (feminino ou masculino) está **prescrito** no DNA, logo “não adianta querer mudar a ordem dos fatores”. Estes argumentos lidam com a questão da homossexualidade partindo do princípio que gays e lésbicas, por se relacionarem com pessoas do mesmo sexo, por terem feito esta “opção” (39), estariam pleiteando uma “mudança na ordem” biológica, tentando ser algo além dos homens ou mulheres que são.

Uma vez que a natureza é evocada por estes discursos como espaço de normalidade, de acordo com este prisma, a homossexualidade, que seria anti-natural, não seria uma condição, mas uma escolha, porque vai de encontro às regras naturais (“quase nenhum animal pratica a homossexualidade” – trecho 41). Ao não corresponder ao sexo reprodutivo, ela passaria a equivaler a uma doença, passível de ser tratada pela psicologia, inclusive uma questão de saúde pública (“O **governo** deveria oferecer tratamento **psicológico** gratuito a essas pessoas” – exemplo 38).

Se a natureza e a biologia podem ser evocadas como argumentos para criticar a homossexualidade, também são apropriadas, em menor escala, para defendê-la. Mais uma vez, repete-se o padrão de uma defesa consideravelmente menos recorrente e mais reativa, que ocorre, na maior parte das vezes, depois que

os argumentos que a consideram anormal ou antinatural ganham espaço. Abaixo destacamos algumas operações discursivas para então investigarmos as maneiras como organizam sua defesa.

#### 42.

Estaca no Vampiro diz:

Pré-conceito é quando vc diz que a homossexualidade não é natural, sem se perguntar o porque, como fazem muitos religiosos. Mas **o que é natural** ? Natural vem de natureza. E na natureza **milhares de espécimes de animais praticam a homossexualidade**, principalmente entre os **mamíferos**, e mais ainda entre os **primatas**.

Comentário sobre a coluna de opinião “São Paulo é mais gay ou mais evangélica?”

Site: Folha Online

Data: 24 de junho de 2011

#### 43.

Netanias Alves de Lima diz:

Gostei da homenagem que a Terra fez aos homossexuais. Só queria chamar atenção a um detalhe que foi repetido nas legendas: 'fulano revelou sua opção sexual'. A homossexualidade **não é uma opção**. Ninguém acorda e diz: 'Hoje eu escolho ser hetero' ou 'Hoje eu escolho ser gay' ou 'Hoje eu escolho ser bissexual'. A orientação sexual não é um interruptor ON/OFF em que o indivíduo pode acessar e decidir o que bem quer. Quem seria **louco** de escolher algo que é alvo de chacota, de incompreensão e de **perseguição**?

Comentário sobre a galeria de fotos “No dia da Parada Gay, Terra relembra atletas homossexuais”

Site: Terra

Data: 26 de junho de 2011

#### 44.

Marcelo diz:

260 heteros em 2010 não foram assassinados devido a sua condição sexual, porém mais de 260 pessoas somente em 2010 foram assassinadas vitimas desta condição sexual.

Se vc perguntar para um gay se é uma escolha a questão de gostar de pessoas do mesmo sexo, prontamente ouvirá, é uma **condição**.. e **não** uma **escolha**!

Comentário sobre notícia “Índios protestam na Parada Gay contra construção de usina”

Site: G1

Data: 30 de junho de 2011

#### 45.

Enzo diz:

A homossexualidade só encomoda quem é **enrustido** e mal resolvido. **Homofobia é doença** e tem cura: O AMOR SEM PRECONCEITOS.

Comentário sobre a notícia “Museu da Imagem e do Som exhibe fotos contra homofobia”

Site: EPTV.com

Data: 21 de maio de 2011

Mesmo nos argumentos de defesa da homossexualidade, a normatividade é o principal conceito evocado. O trecho 42 é emblemático neste sentido porque, ao inserir a espécie humana no grupo de mamíferos primatas, no qual a relação homossexual também existiria, o discurso justifica a homossexualidade argumentando que esta pode ser englobada no conceito de “natural”.

Da mesma forma, a norma biológica é utilizada como argumento de defesa também em formulações discursivas como “homossexualidade não é opção” (43) e “gostar de pessoas do mesmo sexo [...] é uma condição... e não uma escolha” (44). Nestes discursos, ocorre uma essencialização da homossexualidade, uma vez que a sexualidade é tomada como algo dado, pré-elaborado, e não algo construído de forma processual; de acordo com este prisma, a homossexualidade seria legítima não porque todos têm liberdade (opção) de vivenciarem seus afetos e desejos, mas sim porque, por não haver outra escolha possível, a pessoa não seria responsável pelo que sente, pela sua condição.

“Homofobia” é outro termo que caiu no senso comum, sendo frequentemente utilizado por grupos LGBT para definir o preconceito, discriminação e violência a que minorias sexuais estão, muitas vezes, submetidas. A palavra, como nos indica Junqueira (2007), corresponde a um neologismo criado pelo psicólogo clínico George Weinberg em 1972, mas que somente no

final dos anos 90 passou a constar dos dicionários europeus (BORRILLO, 2001). Agregando os radicais gregos equivalentes a “semelhante” (homo) e “medo” (fobia), define sentimentos negativos em relação à prática homossexual e a homossexuais. Como Junqueira destaca, o termo é polissêmico e objeto de disputa entre variados segmentos sociais, inclusive entre os que defendem direitos dos LGBT.<sup>84</sup> Teóricos como Junqueira e Borrillo alertam para o risco de uma acepção patologizante de “homofobia”, que, ao tratar a discriminação como uma espécie de doença, simplifica demasiadamente o preconceito, desconsiderando fatores sociológicos, morais e religiosos.

Em nossa opinião, o grande paradoxo estaria no fato de que localizar o conceito da homofobia no espaço do discurso médico acaba por, em parte, recolocar a própria prática homossexual (e as atitudes, reações e comportamentos a ela associados) no universo semântico da ciência, legitimando o saber científico como aquele que pode validar ou invalidar o desejo não heteronormativo. Consideramos que, quando elementos de outros campos sociais que se relacionam com a homossexualidade, como o jurídico e o religioso, são escamoteados nos discursos contrários a homofobia, situando a discriminação tão somente como um problema de “quem é enrustido ou mal resolvido” (exemplo 45), por exemplo, as próprias origens da discriminação se obnubilam, o que pode conseqüentemente comprometer a identificação daquilo que Tarrow chamou de um “eles” em oposição ao “nós”, de um movimento social, ou seja, da própria definição de adversários ao grupo (TARROW, 2009, p. 41).

---

<sup>84</sup> Não é nossa intenção analisar profundamente as diversas controvérsias e ressignificações do termo; no entanto, vale lembrar que, de acordo com as estatísticas criminais, os transexuais são as principais vítimas dos chamados “crimes de homofobia”, não os homossexuais. Por isso, de acordo com alguns destes grupos, deveríamos utilizar também o termo “transfobia” em vez de focar exclusivamente na “homofobia”.